



**Centro Universitário De Brasília – UNICEUB Faculdade de Ciências
Jurídicas e Sociais Curso de Direito**

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

Curso de Bacharelado em Direito

SARA LOURENÇO DA SILVA PINHEIRO

**CRIMINOLOGIA CRÍTICA DIANTE DA SELETIVIDADE PENAL:
a Intervenção Federal no Rio de Janeiro e os reflexos da militarização
nas relações entre o Estado e as comunidades.**

Brasília

2019

SARA LOURENÇO DA SILVA PINHEIRO

**CRIMINOLOGIA CRÍTICA DIANTE DA SELETIVIDADE PENAL:
a Intervenção Federal no Rio de Janeiro e os reflexos da militarização
nas relações entre o Estado e as comunidades.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Esp. Marcus Vinicius Reis Bastos.

Brasília

2019

SARA LOURENÇO DA SILVA PINHEIRO

**CRIMINOLOGIA CRÍTICA DIANTE DA SELETIVIDADE PENAL:
a Intervenção Federal no Rio de Janeiro e os reflexos da militarização
nas relações entre o Estado e as comunidades.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Esp. Marcus Vinicius Reis Bastos.

BRASÍLIA, 14 DE NOVEMBRO DE 2019

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Esp. Marcus Vinicius Reis Bastos

Professor Avaliador: PhD. Humberto Fernandes de Moura

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça e força que me deu dia após dia nessa caminhada. Agradeço também pela paciência, dedicação e orientação do meu querido professor Marcus Vinicius Reis Bastos. Agradeço especialmente a minha família, composta pelos meus pais, Fernando e Cláudia Pinheiro, minha irmã, Ester Pinheiro, minhas irmãs de quatro patas, Amora e Kiara e a minha avó, Maria José Renovato, pelas incessantes orações em meu favor.

“Toda força bruta representa nada mais do que um sintoma de fraqueza” (Zé Geraldo).

RESUMO

A temática desenvolvida na elaboração deste trabalho monográfico pertence à área penal, como também à criminologia, com foco na política criminal e ainda no direito constitucional. E tem o enfoque de desenvolver a reflexão sobre a seletividade penal nas classes, usando como modelo de análise a intervenção federal que estava em ingerência no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, tem-se que há diversas correntes na criminologia que pretendem justificar ou explicar a realidade do sistema jurídico penal como o é, porém, muita das vezes, tais teorias se demostram obsoletas diante da realidade e, portanto, são limitadas. Assim, no processo de realização do trabalho final, a autora buscou nas mais diversas fontes – sejam em doutrinas, sites de notícias, fóruns de discussões acadêmicas, leis, trabalhos para a obtenção de títulos, como também através do estudo de casos que se assemelham à intervenção do Rio de Janeiro, – com o intuito de embasar e ampliar a discussão que gira em torno da temática da seletividade dos institutos jurídicos sobre os grupos sociais. Diante das características acima delineadas, a estratégia seguida na elaboração desta monografia foi a construção de um trabalho metodológico, dividido em capítulos, com o intuito de construir uma reflexão do autor na elaboração do trabalho, como também para o leitor. Ainda, cabe aduzir aqui que a proposta do trabalho gira em torno da reflexão sobre a seletividade do sistema jurídico penal e o seu reflexo na militarização das relações entre o Estado e as Comunidades.

Palavras-chave: Sistema jurídico penal. Seletividade. Militarização. Intervenção no estado do Rio de Janeiro. Capitalismo. Violência. Problemas Estruturais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA JURIDICO PENAL: A IRRACIONALIDADE QUE SUSTENTA O ANTAGONISMO DAS CLASSES SOCIAIS.....	11
1.1 Uma análise das teorias críticas da criminologia na explicação das relações entre o Estado e a Sociedade.....	11
1.2 A discrepância nas relações entre o Estado e a Sociedade diante do ser e o dever ser na aplicação das normas penais.....	18
2 REFLEXÕES SOBRE A IRRACIONAL SELETIVIDADE DO SISTEMA JURÍDICO.....	20
2.1 A criminalização da pobreza.....	20
2.2 Direito para os bons e direito para os maus: a seletividade penal.....	30
2.2.1 Seletividade criminalizante.....	33
2.2.2 Seletividade vitimizante.....	36
2.2.3 Seletividade policizante.....	38
3 ESTUDO DE CASO.....	44
3.1 Limites e estatuto jurídico da intervenção federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.....	44
3.2 Operações interventivas para a garantia da Lei e da Ordem em favor da Sociedade?.....	54
3.3 Reflexos e resultados da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem como objetivo geral promover a análise e consequente reflexão sobre o reflexo da seletividade penal na militarização das relações do Estado com a comunidade.

Diante dessa proposta, a monografia foi redigida a partir de seu objeto geral, visando contextualizar o local da discussão desenvolvida e depois se debruçou na explanação do objeto específico. Dessa maneira, o trabalho foi dividido em três capítulos centrais.

O primeiro capítulo não abarcará o problema de pesquisa e muito menos será dedicado à abordagem do tema da militarização das relações do Estado com a sociedade, pois há uma necessidade, para melhor entendimento, em abordar as teorias criminalistas, que tem o intuito de explicar a existência do crime na sociedade, abarcando de tal maneira o seu agente, como também as suas vítimas. E, a partir dessa explanação, prosseguiremos com um subtópico que abordará a questão de legitimidade e legalidade do sistema criminal e que, por consequência, tratará da legitimidade e legalidade na aplicação da norma penal.

No segundo capítulo, será desenvolvida e sistematizada uma parte do problema de pesquisa, momento em que serão feitas as devidas reflexões que envolvem a irracional seletividade do sistema jurídico penal, na qual se faz a diferenciação das classes, havendo de tal modo um direito para os “bons” e outro direito, com viés repressor, para os “maus”.

No terceiro e último capítulo será feito o mencionado estudo de caso, que terá como objeto a intervenção militar em ingerência no estado do Rio de Janeiro que ocorreu entre os dias de 16 de fevereiro de 2018 e se encerrou em 31 de dezembro do mesmo ano. Aqui será possível desenvolver uma parte do estudo que explique os limites e o estatuto jurídico que disciplina a intervenção federal na Segurança Pública, desse modo recorrendo às disposições constitucionais que se encontram no Capítulo III do Título V, como também no Decreto nº 9.288/2018.

E, ainda, nesse mesmo capítulo pretende-se desenvolver em um subtópico a temática das operações para garantia da lei e da ordem, sucessivamente realizadas na cidade do Rio de Janeiro e suas consequentes repercussões no sistema de justiça penal. A partir desse ponto será possível analisar, no final, os resultados da intervenção quanto à diminuição ou aumento de determinados tipos de ilícitos penais, como homicídio, roubo e tráfico.

No que se refere às fontes usadas para a elaboração do tema, como a sua consequente problemática, inicialmente foram utilizadas pesquisas na internet, que abarcam notícias sobre o assunto, como também textos publicados em periódicos da área criminal, veiculadas em revistas como a FIDES, a TRASNGRESSÕES e a CIÊNCIAS CRIMINAIS EM DEBATE. Ainda, foram utilizados textos monográficos, dissertações de mestrado, artigos científicos e doutrinas que tratam do estudo da criminologia crítica, como também doutrinas que trabalhavam com a definição, delimitação e aplicação do instituto da intervenção federal. Assim, a partir desse arcabouço desenvolvido, foi despertado o interesse em ampliar a pesquisa que cominou na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Cabe aqui destaque em alguns referenciais teóricos, como as obras de Baratta, Marielle Franco, Lewandowski e Zaffaroni. Assim, temos as seguintes referências:

BARATTA, Alessandro. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro. Instituto Carioca de Criminologia: Cortesia, 1997.

FRANCO, Marielle. UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 136 f. Capítulos 2 (Objeto e o Campo) e 3 (Militarização da favela). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Pressupostos materiais e formais da intervenção militar no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte. Editora Fórum Conhecimento Jurídico, 2018.

ZAFFARONI, Raul. Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução: Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

Estas referências foram selecionadas por serem essenciais no desenvolvimento de questões específicas e iniciais sobre o tema. Mas, não é demais ressaltar que ao longo da confecção do trabalho monográfico haverá o aprofundamento em diversas outras obras, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, leis, bibliografias.

Assim, a análise do material se dará de maneira descritiva nos capítulos iniciais da monografia, mas no tocante ao estudo de caso irá ocorrer uma análise reflexiva.

Por fim, esse trabalho tem como método de pesquisa a análise bibliográfica, que compreende doutrinas, artigos científicos, trabalhos para a obtenção de títulos acadêmicos e, ainda, a análise e reflexão sobre o caso concreto já mencionado em passagens anteriores no presente trabalho. Com isso, visa-se responder se a intervenção militar é um instrumento contundente ou não para assegurar a ordem jurídica e social e, ainda, se a militarização visa defender o Estado ou se está a serviço da cidadania.

1 REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA JURIDICO PENAL: A IRRACIONALIDADE QUE SUSTENTA O ANTAGONISMO DAS CLASSES SOCIAIS

1.1 Uma análise das teorias críticas da criminologia na explicação das relações entre o Estado e a Sociedade

Data-se que a análise criminológica se iniciou no século XIX, tendo como principal objeto de estudo a pessoa criminalizada. Nessa perspectiva, acaba por se preocupar com as causas do crime e com os possíveis remédios suficientes para combatê-los (FLAUZINA, 2006, p. 17).

Esse campo de estudo toma maior visibilidade e força a partir das obras de autores italianos, a citar Cesare Lombroso e Enrico Ferri, que tinham o objetivo de descobrir as características detectáveis nas pessoas que manifestassem tendência a cometer crimes. Para isso, definiu-se como foco principal desse campo de estudo a pessoa do criminoso, procurando encontrar semelhanças, fossem elas fisiológicas, sociais ou psíquicas entre as pessoas criminalizadas com o fito de se chegar a uma resposta objetiva que identificaria as anormalidades que levam as pessoas à vida delitiva.

Nesse diapasão, a criminologia se desenvolveu através do uso de uma metodologia retórica, que consistia na análise da criminalidade, através dos estudos realizados nos sujeitos que se encontravam trancafiados nas prisões ou em manicômios. A partir dessa metodologia aplicada para analisar o que era o criminoso, passou-se a justificar e legitimar as prisões feitas à época.

Porém, diante desses estudos foi possível identificar suas falhas, uma vez que, por meio desses métodos, o que se fazia era ignorar que essa resposta objetiva para definir o perfil de um criminoso era justamente o que fazia aquelas pessoas encarceradas estarem onde estavam.

Nesse sentido, Isabella Miranda entende que este modelo de criminologia criou uma visão estereotipada do criminoso, associada à clientela prisional e aos baixos estamentos sociais, consolidando um verdadeiro preconceito em termos de criminalidade (2015, p. 27) que até hoje causa impacto na sociedade.

Em meados das décadas de 50 e 60 nasce uma forma de perceber a criminalidade, diferenciando-se da técnica de perceber os fatores da criminalidade da teoria anterior.

Desenvolvida principalmente no interior da Escola de Chicago, nasce a teoria do Etiquetamento Social (*labelling approach*), que inaugurou o chamado paradigma da reação social.

Como aponta Flauzina (2006, p. 18), a inovação da teoria do etiquetamento foi deixar de conceber as condutas criminalizadas como realidade do próprio ser pré-constituída. Assim, o cometimento de delito deixa de ser visto como desvio natural da personalidade do agente, por se considerar que o desvio é justamente uma criação da sociedade, ou seja, são na verdade mudanças que inverteram os sinais da equação na análise criminológica. Essa vertente criminológica defende que uma sociedade escolhe quais condutas não serão recepcionadas no seio social e, portanto, serão tidas com condutas desviantes.

A partir desse momento, passa-se a criminalizar o desvio e, para tal fator reprovável socialmente, haverá constituídas leis criminalizadoras que terão o fito de reprimir tais condutas. Esses preceitos criminalizadores se dão em consequência da reação social ao suposto crime cometido por determinadas pessoas, que acabam sendo qualificadas como marginais em razão desse processo. Dessa forma, o *status* de criminoso funciona como uma etiqueta atribuída de maneira discricionária à pessoa alvo da reação social.

Diante dessa teoria, é possível depreender que as características naturais das pessoas ou mesmo sua posição na pirâmide social não influenciariam diretamente na repressão, no que se poderia chamar de tendência à criminalidade. Isso porque aqui a criminalização seria um fator externo ao sujeito ativo do crime. Desse modo, bastasse que uma pessoa cometesse uma conduta que se encaixa exatamente na definição legal de crime para ser sancionada, já que só seria criminalizada caso houvesse uma reação social à prática do ato tido como desviante. O que significa, em outras palavras, que o comportamento desviante é aquele rotulado como tal pela sociedade.

A partir de tal linha de raciocínio, Miranda (2015, p. 29-30) explica que, para tal teoria, a etiqueta de criminoso é distribuída apenas aos sujeitos considerados como desviantes e perigosos, situação na qual se reconhece e demarca a criminalidade enquanto característica de determinada pessoa.

Esse processo ocorreria em duas etapas de controle social. Uma realizada pelo controle social informal ou difuso, exercido pelas igrejas, escola, mídia, família, e a outra por meio do

controle social formal institucionalizado, circunscrito nas leis penais, processuais penais, penitenciárias e outras agências do sistema penal. Essa etiqueta seria extremamente importante na análise da criminalidade, por produzir resultados de ordem externa e interna aos sujeitos à reação social, que funcionariam de maneira complementar entre si.

A partir dessa perspectiva, uma pessoa poderia ser criminalizada por apresentar características identificadas pela sociedade como desviantes quando da prática de um ato e, na mesma linha, poderia ser induzida a cometer crimes por assumir o papel que a coletividade já o impingiu.

Ainda que a Teoria do Labelling Approach se mostrasse diferente da primeira teoria, revelando-se estar em outra perspectiva paradigmática no que concerne ao estudo da criminologia, temos que ela ainda não se mostrou suficiente e completa para explicar a complexidade das engrenagens do sistema penal criminalizador.

Diante da incompletude da Teoria do Labelling Approach, devido a sua inércia quanto ao estudo das causas das ações que são criminalizadas e o porquê de haver causas a serem criminalizadas e outras não, surge a Criminologia Crítica, sendo uma nova forma de entender a criminalização.

Assim, a partir da Teoria da Criminologia Crítica, passa-se a trabalhar com duas perspectivas para entender os fatores e a existência da criminologia. Aproveita-se parte da Teoria anterior e outra parte de análise do sistema por meio do ideário marxista. Desse modo, ao beber das águas da Teoria do Labelling Approach faz-se o reconhecimento da criminalização enquanto fenômeno social de rotulação de indivíduos. E a partir da visão marxista passa-se a considerar a dimensão do poder como essencial ao entendimento da realidade do sistema penal.

Com a criminologia crítica consolidada passou-se a analisar a realidade do crime através do etiquetamento dos sujeitos criminosos em um contexto em que o sistema jurídico penal passou a ser utilizado como meio para proteger alguns bens jurídicos tidos como relevantes para o sistema econômico. O que acaba por ser uma ferramenta de manter o próprio sistema das relações sociais desiguais (MIRANDA, 2015, p. 31).

A partir dessa perspectiva, percebe-se a existente premissa falsa em que se sustenta o sistema punitivista. De modo, que há a necessária preocupação em estudar o sistema complexo da criminalização.

Pois, quando se fala em criminologia crítica, o objeto que se tem estudado diz respeito a uma construção materialista, ou seja, econômico-política, do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização.

A criminologia crítica se funda na construção sociológica liberal, momento em que se contrapõe com a ciência construída pela criminologia positivista, a qual se pautava nas definições e análises biopsicológicas.

Nesse sentido extrai-se de Baratta:

A criminologia positivista que usava o enfoque biopsicológico buscava a explicação dos comportamentos criminalizados partindo da criminalidade como um dado ontológico pré-constituído à reação social e ao direito penal. Além disso, estudava o fenômeno a partir das “suas causas”, independentemente do estudo da reação social e do direito penal (BARATTA, 2013, p. 160).

Em rumo à construção de teorias futuras, duas etapas explicam e evidenciam o caminho percorrido na formação da teoria criminológica crítica. Sendo a primeira etapa responsável por deslocar o enfoque teórico do autor para as condições que giram em torno de características objetivas, estruturais e funcionais, que estão presentes na origem do fenômeno desviante. E a segunda etapa entende-se como sendo aquela em que houve o deslocamento do interesse cognoscitivo das causas dos desvios criminais para os mecanismos sociais e institucionais através dos quais é construída a “realidade social” do desvio. E isso significa dizer que o estudo passa a ser feito a partir dos mecanismos através dos quais são criadas e aplicadas as definições de desvio e da criminalidade e como também se estudasse o como são realizados os processos de criminalização.

E isso passa a demonstrar um enfoque em que se superou o paradigma de que a criminalidade é algo inerente ao ser humano, sendo condição preexistente no seio social e institucional. Superando também a aceitação acrítica das definições legais como princípio da individualização dos sujeitos.

A criminalidade começa a ser vista como um *status* a ser colacionado sobre alguns indivíduos que são prelecionados a partir de dois parâmetros, quais sejam, a seleção dos bens a serem protegidos penalmente e a seleção de indivíduos a serem estigmatizados. Nesse diapasão, acaba-se por concluir que a criminalidade pode ser entendida como o meio em que se distribui de forma desigual de acordo com a prevalência dos interesses que são norteados pelo sistema socioeconômico, como também é direcionado pela assimetria social.

Nesse momento, como supramencionado, temos que a Criminologia Crítica teve seu objeto de estudo voltado ao que podemos chamar de “processo de criminalização”, que é por excelência responsável por criar e manter os mecanismos de controle social. Assim, a pretérita visão que se tinha do Direito Penal, como sendo este um sistema inerte, de apenas previsibilidade punitivista, passa a ter nova formatação, tornando-se um complexo ativo.

Nesse sentido, Baratta:

O direito penal [...] é um sistema dinâmico de funções, no qual se podem distinguir três mecanismos analisáveis separadamente: o mecanismo da produção das normas (criminalização primária), o mecanismo da aplicação das normas, isto é, o processo penal, compreendendo as ações dos órgãos de investigação e culminando com o juízo (criminalização secundária), e, enfim, o mecanismo da execução da pena ou das medidas de segurança (BARATTA, 2013, p. 161).

E continua Baratta, ao estabelecer teses que explicam a alteração do objeto de estudo da criminologia e passa a revelar com veemência a desigualdade perpetrada pelo sistema jurídico penal na sociedade:

O mito da igualdade pode ser resumido nas seguintes proposições:

- a) O direito penal protege igualmente todos os cidadãos contra as ofensas aos bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos (princípio do interesse social e do delito natural);
- b) A lei penal é igual para todos, ou seja, todos os autores de comportamentos antissociais e violadores de normas penalmente sancionadas têm iguais chances de tornar-se sujeitos, e com as mesmas consequências, do processo de criminalização (princípio da igualdade);

Exatamente opostas são as proposições em que se resumem os resultados da crítica:

- a) O direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigual e modo fragmentário;
- b) A lei penal não é igual para todos, o *status* de criminosos é distribuído de forma desigual entre os indivíduos;
- c) O grau efetivo de tutela e a distribuição do *status* é independente da danosidade das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade (BARATTA, 2013, p. 161-163).

A crítica que Baratta faz se destina a evidenciar o mito que é sustentado em relação ao direito penal, onde se apregoa um falso tratamento igualitário que alcança os bens e os indivíduos. Com isso, passa-se a mostrar que o direito penal é tão desigual como são os outros ramos do “direito burguês” (MARX K (1969). Apud. BARATTA, 2013).

Como se pode extrair a partir de Zaffaroni, sempre se soube que o discurso penal latino-americano é falso (2001, p.14), contudo o uso desse discurso feito de forma acrítica pela comunidade jurídica pode ser explicado por não existir, atualmente, outro que o substitua na tarefa de garantir o direito de algumas pessoas. A visão de que a permanência de tal racionalidade fajuta é obra de má fé implicaria numa visão entre a disputa entre o bem e o mal, caindo num simplismo inapto a explicar a realidade punitiva.

Nesse diapasão, é necessário destacar que os dados relativos à real operacionalidade do sistema penal não permitem explicá-la pela simples aplicação geral e abstrata da norma. Isso é apreendido pela falta de correspondência do discurso jurídico-penal com a realidade que ele próprio cria, o que comina no reconhecimento de sua falsidade.

Sobre esse fenômeno, Eugênio Raúl Zaffaroni, na obra *Em busca das penas perdidas*, pontua que:

Na criminologia de nossos dias, tornou-se comum a descrição da operacionalidade real dos sistemas penais em termos que nada têm a ver com a forma pela qual os discursos jurídico-penais supõem que eles atuem. Em outros termos, a programação normativa baseia-se em uma realidade que não existe e o conjunto de órgãos que deveria levar a termo essa programação atua de forma completamente diferente (2001, p. 12).

Nos países da América Latina, por exemplo, os sistemas penais – que deveriam se basear na dignidade da pessoa humana, não só por previsão constitucional e legal, mas também em virtude de compromissos assumidos em tratados internacionais sobre direitos humanos – são marcados por tamanha crueldade por meio de suas ferramentas de repressão, que não há possibilidade de se considerar esse discurso como verdadeiro.

Diante dessa perspectiva, é válido ressaltar que mesmo que esse discurso seja falso ele não deve ser preterido, pois esse escopo fático deve ser objeto de estudo para que sejam enfrentadas as disparidades encontradas na nossa realidade frente ao ordenamento jurídico vigente.

Ainda, diante da necessidade da regulação do Estado, este sistema jurídico é o que será aplicado até que um novo exista. E, diante da realidade atual, por não existir outro modelo, assim permanecerá esse discurso, que muitas das vezes é fundamentado pela necessidade de se proteger o direito dos cidadãos que compõem a sociedade. Desta forma, mascarando a real preocupação que se estende à proteção econômica.

Pois, como dito na obra de Baratta (1997, p. 60), a sociedade é dividida em dois grupos, o grupo dos ricos e “bem vistos” e o grupo dos pobres, sendo estes o grupo que apresenta risco à sociedade, de modo que se tornam clientes do sistema penal, pois os instrumentos foram criados para serem aplicados diante das condutas desviantes dessa classe. Isso é reafirmado até mesmo diante das taxas de apuração de criminalidade, que apontam ser problema da segurança os crimes de roubo, furto, homicídio, receptação e tráfico de drogas, crimes estes praticados comumente pelas classes menos privilegiadas.

E, ainda que haja crimes semelhantes a estes, como o caso de corrupção, desvio de dinheiro, crimes contra a ordem tributária nacional, lavagem de dinheiro, estes crimes não são considerados como contribuintes para o problema de segurança pública, uma vez que seus agentes pertencem às classes mais abastadas e, desse modo, o problema desses crimes gera dano de natureza moral.

Ainda, em ambas as classes a prática de crime às suas maneiras revelam problemas de desvios de comportamento. A partir desse revés, podemos depreender que o sistema jurídico-penal encontra-se em crise, uma vez que prega discursos totalmente desconexos e antagônicos com a realidade.

1.2 A discrepância nas relações entre o Estado e a Sociedade diante do ser e o dever ser na aplicação das normas penais

O modo de apuração e repressão dos crimes ocorre de forma seletiva, pois, como assevera Zaffaroni, mais de 90% dos crimes encontram-se no rol de crimes pertencentes a cifras ocultas, em que não são descobertas ou são ignoradas (FLAUZINA, 2006).

Isso acontece por diversos motivos, seja porque em alguns casos o sistema jurídico penal resolveu não tutelar o fato, deixando a cargo de outras instituições, como se faz no caso de crianças, alienados mentais e idosos, seja porque o meio em que o agente vive influencia o seu modo de agir e de pensar.

Isso reflete na forma como o Estado irá punir esses agentes, uma vez que o poder estatal repercute mais em crimes grosseiros e mais fáceis de serem descobertos, como por exemplo, em furtos praticados em ruas, em contraste com o crime de lavagem de dinheiro em que há uma engenhosidade maior do agente, de tal modo que a punição estatal se mostra parca.

Essa “inteligência” e sofisticação para o cometimento do delito reflete muito a classe à qual o criminoso está inserida. Pois, como se sabe, nas sociedades contemporâneas se adquire conhecimento e se desenvolvem habilidades específicas, a depender da posição social ocupada por cada pessoa, em virtude do acesso diferenciado à educação disponível às diferentes camadas da pirâmide social.

Sobre esse processo de criação de estereótipos, Zaffaroni e Batista apontam que os atos mais grosseiros cometidos por pessoas sem acesso positivo à comunicação acabam sendo divulgados por esta como os únicos delitos e tais pessoas como os únicos delinquentes (2011, p. 46).

Mas, para entender melhor como funciona a sistemática penal, é válido se debruçar em dois conceitos primordiais, um que se refere à legitimidade e outro à legalidade do sistema penal vigente.

Nesse desiderato, a legitimidade da Lei se sustenta na própria lei, uma vez que ela decorre da vontade do legislador, o que se reflete em diversas incoerências que não são superadas

com o tempo, mas são sim ampliadas a cada momento que vivenciamos experiências sociais e políticas diferentes. Essa contradição se revela até mesmo quanto a sua estrutura interna, uma vez que não reflete a realidade do respeito aos direitos fundamentais, pois as leis não são criadas com o fito de servir às pessoas, mas sim desenvolver a ideologia contrária.

Diante dessa realidade, é possível depreender que a tangibilidade do dever ser da sistemática penal é de difícil alcance, uma vez que seus instrumentos propostos e diante da realidade fática é quase que impossível se alcançar o objetivo fantasioso estabelecido. Isso se deve ao percurso traçado para fomentar a criação de toda essa sistemática, uma vez que parte de uma realidade que inexistente e tenta alcançar outra impossível e intangível.

Nas palavras de Zaffaroni:

O discurso jurídico-penal não pode desentender-se do ser e refugiar-se ou isolar-se no dever ser porque para esse dever ser seja um ser que ainda não o é deve considerar o vir a ser possível do ser, pois, do contrário, converte-a em um ser que jamais será, isto é, num embuste. Portanto o discurso jurídico penal socialmente falso também é perverso: torce-se e retorce-se, tornando alucinado um exercício de poder que oculta ou perturba a percepção do verdadeiro exercício do poder (2001, p.19).

Dessa forma, sendo irracional o discurso que legitima o direito penal, não há como se sustentar que a legalidade do sistema é que daria legitimidade ao mesmo.

Logo, diante dessa contradição entre o discurso jurídico-penal e a sua real operacionalidade é importante entender que a lei, a jurisprudência e as doutrinas se baseiam em saberes completamente incongruentes da realidade, de tal forma que as bases de justificação, quais sejam a legalidade e a legitimidade do sistema, demonstram ser apenas uma narrativa muito bem construída no plano teórico que, no entanto, não encontra qualquer consunção com a prática do poder punitivo.

2 REFLEXÕES SOBRE A IRRACIONAL SELETIVIDADE DO SISTEMA JURÍDICO

2.1 A criminalização da pobreza

No direito penal, o princípio da isonomia se materializaria, então, quando uma lei geral e abstrata é editada e sancionada, de forma que todos os cidadãos, sabendo que aquela conduta é antijurídica, abster-se-iam de praticá-la e, caso não o fizessem, seriam condenados em juízo por desrespeito ao que se convencionou coletivamente.

Diante da disposição constitucional, o princípio da igualdade perante a lei deve ser observado, por ser norma cogente e norteadora do Estado em toda a sua extensão jurídica. Desse modo, toda ação estatal que visa promover qualquer diferenciação entre os cidadãos que a ela entrega age com especial temeridade, de modo que sua atuação é tida como ilegal e ilegítima.

Assim, diante da abordagem das teorias já aqui delineadas, temos o reflexo dos institutos jurídicos penais que apontam para uma estrutura que revela a segregação social, a qual alcança as classes mais desprestigiadas na nossa sociedade. Assim, por exemplo, as pessoas que vivem nas favelas são estigmatizadas de modo que acaba por constituir óbices na vida delas, o que as impede de ascenderem na sociedade e as fazem continuarem na faixa da marginalização.

As mazelas discriminatórias em nossa sociedade são um grande problema e vemos que elas são mantidas pela força da própria sociedade que, para proteger as minorias ricas, montam políticas que segregam os menos favorecidos, como também por sua vez, temos as influências dadas pelas mídias.

As mídias são um canal fomentador e mantenedor dessa disparidade social, pois em quase sua totalidade, ao se referir à favela, as notícias que são disseminadas se referem ao tráfico de drogas, à violência, à pobreza. Esquecendo-se que nesses lugares há também pessoas de bem, que são bem-intencionadas, que cumprem com seus deveres e estão de acordo com o que o Estado exige, porém são negligenciadas quanto a contrapartida que o Estado é obrigado a oferecer para os seus cidadãos.

Isso revela que as favelas não carecem apenas de segurança, não sendo, desse modo, suficiente a presença do Estado se resumir ao policiamento e à militarização das favelas.

Trata-se a Favela de um núcleo complexo em que é necessário que se forneça a prestação do Estado quanto à saúde, educação, mobilidade, saneamento básico, lazer, liberdade e respeito aos seus moradores.

Com essa perspectiva apregoadada socialmente tem-se a ideia de que o fato de alguém residir em favela se torna sinônimo de ser alguém que tenha envolvimento com a criminalidade. Morar na favela, muita das vezes, não constitui uma opção, mas sim questão de necessidade, questão de pelas próprias forças garantir o direito constitucional à moradia.

O Estado, de acordo com a sua formação política e econômica sempre escolherá um mecanismo com o fito de exercer poder de controle e impor a ordem social. Porém, esse controle e imposição de poder se revela como um meio de separar as classes, na qual as classes pobres são obstaculizadas de terem os mesmos prestígios e acessos aos mesmos bens sociais, de modo que constata-se que as próprias manifestações sociais são enxergadas de formas diferentes.

O reflexo disso manifesta-se até mesmo nas relações de exercício de direitos, uma vez que pobre manifestando é sinal de desordem, logo é necessária intervenção estatal para reprimir tais movimentos. E esse movimento ratifica e faz imperar cada vez mais a estigmatização dessas classes.

Nesse desiderato, aduz Moraes:

Através do instrumento do medo, disseminado na população, o debate sobre a violência possibilitou uma transição da “polícia política” para a “polícia civil” sem que o Estado perdesse o controle da sociedade. Neste sentido, o controle social e a repressão estatal foram mantidos; agora legitimados pela opinião pública (2006, p. 126).

Ainda nesse ínterim, tem-se que o encarceramento apresenta perspectiva econômica, pois é um meio transversal que se tem de eliminar a pobreza, encarcerando os mais pobres e, ainda, constitui-se método de fomentação econômica, onde se é possível aumentar a produção dos produtos com baixo custo de mão de obra, pois se tem que, em algumas penitenciárias, os detentos executam atividades laborativas.

O sistema penal se configura de uma forma que não se evidencie a problemática estrutural que decorre da omissão do Estado. Isso decorre devido à problemática vasta da qual o Estado não se preocupa em enfrentar, uma vez que se trata de uma seara árdua, que demanda muito estudo, reflexões e sobretudo investimentos.

E, como dito anteriormente, o Estado tem por opção a escolha à manutenção das classes, mantendo a desigualdade estrutural que influencia a forma na qual se criminaliza a pobreza.

E nesse sentido dispõe Zaffaroni:

Diante da absurda suposição - não desejada por ninguém - de criminalizar reiteradamente toda a população, torna-se óbvio que o sistema penal está estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente, aos setores vulneráveis. Esta seleção é produto de um exercício de poder que se encontra igualmente em mãos dos órgãos executivos, de modo que também no sistema penal formal a incidência seletiva dos órgãos legislativo e judicial é mínima (ZAFFARONI, 2001, p. 27).

Entende-se que, nessa avançada fase do capitalismo, a violência não é uma ameaça ao sistema, mas, sim, um aspecto intrínseco a ele, tanto quanto o incentivo exacerbado ao consumo, à livre iniciativa, à exploração do trabalhador. Isso porque ela é, tão somente, consequência da desigualdade e da opressão, também componentes inegáveis do sistema. Entretanto, o entendimento hegemônico não faz essa correlação de causa e efeito, o que acaba por reduzir a violência como um mal social com fim em si mesmo (GALVÃO e MARTINS, 2015, p. 47).

Veja-se que a criminalidade não está inserida em apenas aquele indivíduo que foi preso por infringir a lei, mas sim por este estar inserido em um contexto de marginalização, na qual o exclui de obter as mesmas vantagens que as classes mais abastadas. De modo que essa problemática poderia ser solucionada com a figura do Estado de forma mais presente, não se restringindo apenas na comparência da militarização das favelas, como por exemplo.

Assim, diante dessa distribuição desigual na qual não se atendem todas as necessidades básicas e reais de cada indivíduo, vemos a fomentação do Estado em manter a evidente disparidade entre a cidadania real e a cidadania formal.

Dessa forma, temos:

A alusão, portanto, segue a condição dos presos no sistema carcerário brasileiro que, tais quais os cegos tratados no ensaio de Saramago, têm seus direitos (fundamentais) inobservados, sobretudo, pelo Estado. Um sistema estéril, no qual sua aparente “função” ressocializadora se demonstra ineficaz; apresentando-se, ao revés, ainda mais denegridora da essência humana destas pessoas, em verdadeira afronta ao princípio estrutural do Estado Democrático de Direito, no que tange à Dignidade da Pessoa Humana, albergado pelo Art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988 (GALVÃO e MARTINS, 2015, p. 54).

É deste modo que o Estado opera. Em vez de tratar da problemática, atua de forma mais frágil, severa e direta, qual seja, segregando a população. Visando apenas os fins, mas sempre negligenciando os meios. O que revela a problemática estrutural na qual se negligência as necessidades do ser humano.

O Estado Democrático de direito acabou por desvirtuar a atuação do combate à pobreza, tomando como o objeto a exterminação dos pobres, pois se entende e justifica-se que é este a raiz da pobreza, da criminalidade.

Nesse condão é que se extrai o seguinte trecho a partir de Galvão e Martins:

Destarte, a criminalização dos movimentos sociais conforma, ainda mais, a ideologia que permeia o Direito Penal, qual seja, esconder a violência estrutural, ao mesmo tempo em que neutraliza os agentes questionadores do sistema, tratando-os como inimigos. Aliás, a violência estrutural se configura como a violência oriunda, não da ação de um indivíduo, mas de um conjunto de omissões que dificultam o acesso aos benefícios do progresso econômico (2015, p. 54).

No entanto, ressalta-se que não é o determinismo criado pela teoria penal que ratifica a violência, por mais que isso seja pregado.

Porém, hodiernamente, apesar de falido o determinismo social, se constata, muitas vezes mediante um discurso implícito das forças dominantes, os quais almejam legitimar suas ações no sentido de repressão a um determinado grupo social, a alusão estigmatizante dos espaços da

segunda classe, passando a chamá-los de “lugar onde se cometem crimes, onde se fazem criminosos” (FRANCO, 2014, p.84).

É o caso das favelas e das prisões. Logo, os dominadores utilizam seus mecanismos, ora estatais, ora midiáticos, para disseminar uma ideologia que coaduna com a segregação socioespacial.

E esses instrumentos do sistema jurídico penal podem ser verificados na própria legislação brasileira, na qual na Lei de Drogas é possível se extrair componentes que reforçam a discriminação. Uma vez que a já referida lei afirma que é possível determinar se o sujeito é usuário ou traficante analisando-se a localização do uso de drogas, levando como consideração também as circunstâncias sociais e pessoais do acusado (Lei nº 11.343/06, art. 28, §2º, III).

Esta mesma lei também afirma que a sentença será determinada de acordo com a personalidade e conduta social do agente (art. 42), fator este que é bastante subjetivo. O que permite a aplicação dos preconceitos intrínsecos de cada sujeito aplicador da lei aos casos concretos, distanciando-se desse modo da segurança jurídica e, principalmente, distanciando-se da justiça social.

A criminalidade típica dos agrupamentos mais vulneráveis é gravemente apenada, a despeito de produzir efeitos, em termos de coletividade, menores do que muitos crimes típicos das elites (ZAFFARONI e BATISTA, 2006, p. 25).

Nesse desiderato, quando a polícia atira dentro da favela, tal iniciativa é vista como uma medida coercitiva imprescindível, um aparato do qual não se pode abrir mão, porque aqueles locais são tidos como evidentes locais de criminalidade, logo se faz necessário reprimir a todos aqueles que por etiquetamento ali parecem refletir o perigo, a violência, a desordem social.

Todavia, se essa mesma polícia adentrar a casa de um indivíduo da alta classe média, também suspeito de interligar-se ao crime, a questão muda de contorno: torna-se, o ato policial, invasão do domicílio, cuja atuação indevida da polícia, desprovida de mandado judicial, contraria dispositivo previsto na Carta Magna brasileira, art. 5º, inciso XI.

Nesse sentido, o que fica claro é a inobservância do predisposto no *caput* da garantia constitucional, instituída em seu art. 5º, o qual pressupõe que “todos são iguais perante a lei”, no

entanto, frente a nossa dura realidade, os indivíduos selecionados certamente só estão incluídos no rol das sanções penais por descumprimento de algum tipo previsto, nunca nos dispositivos que lhe garantem seus direitos.

Muito disso se deve pela falta de originalidade da nossa legislação, que por diversas vezes tende a beber nas fontes de outros países, os quais possuem peculiaridades que não se amoldam à nossa. Assim, os jovens desordeiros, criminosos, marginais, são punidos sob a égide de um sistema inflexível e o Estado não mais precisará se preocupar em fornecer a tutela que lhe cabe garantir, pois, os indivíduos subversores da ordem ocupam os lugares destinados para o cumprimento das suas imprudências e a sociedade jaz satisfeita.

Há uma proeminente questão diante disso a ser trabalhada que consiste na filtragem do sistema jurídico penal. Pois, como já dito em outros momentos, o Direito Penal brasileiro direciona-se, quase que exclusivamente, aos indivíduos socialmente excluídos.

O que demonstra grande desídia dos órgãos do poder judiciário e órgãos administrativos em repelir e punir prática realizada por aqueles que são socialmente respeitados e, portanto, cometem “crimes de colarinho branco”.

Tem-se que a reflexão é que são crimes que possuem maiores gravidades, já que é a corrupção institucionalizada, por exemplo, que, comprometendo o erário público, causa o caos em toda a estrutura nacional, sucateando-se a saúde, a educação, a segurança, e, por consequência, desencadeando-se todo um cenário de criminalidade desenfreada pelo país.

Porém, criminalizar os mais pobres, aqueles que não têm nada ou ninguém por si, é de uma facilidade abissal, o que demonstra que a finalidade na qual o Direito Penal deveria se prestar encontra-se falida.

Nessa perspectiva, uma das saídas para o enfrentamento dessa violência estrutural, em relação às classes discriminadas, deverá ser trabalhada sistematicamente de modo que será necessário utilizar os mecanismos já existentes, operando-os para que não sejam corrompidos a manter o *status quo* social, mas sim que sirvam para reestruturar a sociedade.

De modo, que se punam tanto os crimes comuns praticados pelos “clientes do código penal”, como também se punam os crimes praticados por aqueles que se transvestem atrás dos ternos e gravatas.

Assim, caminhamos em direção ao expurgo das exclusões e segregações sociais quanto à aplicabilidade do sistema jurídico penal e constitucional, de forma que gerará produto reflexo à estrutura na qual se mantém a criminalização da pobreza.

Diante dessa perspectiva, deve coexistir perante essa instrumentalidade penal a busca pela democracia, que deve ser tida como uma promessa permanente, pois ela deve ser encarada como um objeto a ser sempre alcançado, não sendo suficiente aceitar o que já temos como visão e construção de uma democracia, pois ela é um elemento da sociedade a ser construído a todo momento. Idealmente, esse incessante trilhar em alcançá-la, será o meio de promover a igualdade e a liberdade da cidadania.

É importante perceber que a democracia não necessariamente tem que estar relacionada e submissa aos institutos estatais, uma vez que esses últimos têm se prestado apenas a se preocuparem em manter o controle, agindo com base na violência para resolver problemas estruturais que têm diversos vieses.

A partir disso tudo, é necessário refletir e ponderar que “a democracia não pode mais se reduzir a uma cidadania vista como um estatuto jurídico-político concedido pelo Estado-nação” (SANTOS, p.133, 2010).

Nesse diapasão, é possível verificar a existência de forte liame entre aspectos que dizem respeito à violência, ao controle, à punição, à justiça, à pobreza, aos direitos e à cidadania que, enquanto construções históricas e sociais, se desdobram em muitas possíveis interpretações e se expressam nas relações sociais cotidianas. De modo que as mudanças de sentido e as transformações que ocorrem nestas dimensões e suas formas de apreensão são aspectos importantes para o entendimento do que hoje chamamos de criminalização da pobreza.

Em Laura Frade, “Quem mandamos para a prisão?”, temos uma reflexão que gira em torno da marginalização, que é a reflexão suscitada a respeito da criação de conceitos atribuída a determinadas classes sociais, que revela a deformidade da democracia vivida em nosso país.

Nesse sentido, é possível vislumbrar que, no Brasil, a Democracia é mínima, pois, a realidade é formada por duas classes que se revelam por ser impuníveis e a outra que suporta todo e qualquer tipo de punitivismo estatal.

Dando nome a estas classes, temos que uma delas faz parte dos puníveis, que fazem parte das classes marginalizadas, sendo imperioso que se reconheça que há uma imagem mental associada à criminalidade e compartilhada socialmente (FRADE, Laura, 2008, p. 36).

E como discorre Laura em sua obra:

“Originalmente ela pode ter se formado a partir da observação de fatos e comportamentos recorrentes de agressões sofridas ou presenciadas, mas certamente foi reforçada a partir do aparelho do Estado e de suas ações. Aspectos projetivos, hoje explicados por um grande número de correntes em psicologia, sobretudo a psicanálise, demonstram que a impossibilidade de suportarmos nosso lado sombrio, com frequência determina a visualização, no outro, de nossos medos e conteúdos inconscientes. Mais claro, portanto, compreender a ideia da personificação do mau, do perigo e da ameaça, na figura do ladrão, do bandido, do assassino” (FRAUDE, Laura, 2008, p.37).

A outra classe faz parte dos impuníveis, que são aqueles que ocupam relevantes *status* sociais na sociedade, na qual podemos evidenciar os que nos representam no Congresso Nacional. E, nesse contexto, é válido explicitar que estes não entendem sua real função, pois confundem a real importância da sociedade com suas atividades desenvolvidas. Pois, muitas das vezes estes estão imbuídos de um espírito oligárquico, sendo algo que perpassa a sociedade, de modo que a estrutura do poder aparenta ser uma propriedade privada (FRADE, Laura, 2008, p.42).

Assim, vislumbra-se como se a sociedade estivesse a serviço deles, quando na verdade as considerações deveriam ser feitas sob a ótica inversa. Ou seja, é como se o poder estivesse em um mundo paralelo em que a relação que se tem com a sociedade diz respeito à obrigação desta em sustentá-los.

Diante dessa deformidade, no trabalho produzido por Laura Frade, fica evidenciado que isso decorre por fatores como o desconhecimento da noção do que é a marginalização. Por questões que tangenciam a impunidade dessas pessoas, ao criarem leis, as fazem de modo que estas não lhes sirvam, pois se consideram como acima do ordenamento jurídico (FRADE, Laura, 2008, p.43 e 47).

Assim, como aduz Pedro Demo na apresentação do livro *Quem mandamos para a prisão?*: a “autonomia dos poderes é de outra ordem: a do exercício do cargo sem impedimento” (FRADE, Laura, 2008, p. 17).

Isso muito decorre da falta de conhecimento que impinge, quase de forma totalitária, os Congressistas, pois estes não se esforçam minimamente para buscar o conhecimento sobre as esferas sociais e o reflexo das suas criações para a marginalização.

O conhecimento obtido por estes representantes muita das vezes se resume ao que é transmitido nas mídias, sejam estas televisivas, por radiodifusão ou pelo acesso às fontes virtuais. E, diante dessa forma de se extrair informações, estas acabam por negligenciar estudos mais sérios sobre a temática, sendo que há muitos recursos produzidos para uma submersão nesta ciência.

Na construção do que viria a ser crime, temos que foram desenvolvidas algumas teorias para tentar explicar esse fenômeno. Essas teorias pertenciam a algumas correntes, nas quais a individualista que se sustentava no olhar sobre o indivíduo, o que envolvia a análise da sua genética, como também o estudo referente a sua psique. Assim, concluía-se a partir dessa corrente que o problema não tinha natureza social, mas tão somente pertencente à índole de determinados indivíduos.

Porém, ao debruçarmos sobre a formação do que viria a ser considerado como crime, percebe-se que esta é uma definição social, de modo que, para melhor entender o que seria esse fenômeno, é necessário valer-se também do que desenvolveu a sociologia sobre essa pauta.

A bem da verdade, temos que não há um consenso teórico sobre o que viria a ser a criminalidade, muitas são as correntes e teorias para explicar ou ressignificar o que seria o crime.

O que se sabe, através de toda essa gama de teorias e correntes é que a construção do conceito de criminalidade formada pelo Estado e pela construção social acaba por definir quem serão os excluídos.

Nesse diapasão temos como ferramenta a lei e ela é aquilo que lhe é dado a ser, a partir da sua construção. Ela é que estabelece o limite, que traça o marco entre o legal e o ilegal, o que pode e o que não pode. Assim, ultrapassada a margem, estaremos diante de um desvio, tornando, a partir de então, o indivíduo como ser criminoso (FRADE, Laura, 2008, p. 58).

A esse indivíduo lhe será atribuído a condição de marginal. E, a partir desse momento, é que se pode perceber mais um desafio a ser estudado, pois analisar a forma de construção da margem, através da elaboração legal, parece ser uma contribuição para a resposta a esse desafio.

No entanto, a dificuldade se encontra na análise do sistema intrincado que forma o Congresso Nacional, que é o local por excelência de construção do interdito legal. Porém, o universo político, ainda que complexo, está sujeito à compreensão de sua racionalidade (REIS, F.W, 1984) e a exigir uma visão alargada e clara desses mecanismos e processos construtores da realidade jurídica brasileira (FRADE, Laura, 2008, p.59).

Na construção desse estudo, faz-se mister mergulhar nos vários teóricos do discurso da criminalidade, como também da política, para assim ampliar a visão no que se refere à construção dos espaços exclusivos e, a partir dessa dimensão, alçar a construção de ações concretas e eficazes. Mas, para tanto, ainda é necessário que haja a desconstrução da atual conjectura estruturada nesse cenário e a partir de então, recompô-las em bases mais amplas.

Nesse desiderato, Pedro Demos explana que “a carência material é a casca externa da desigualdade social implicada e que encontra seu cerne na “pobreza política”” (DEMO, Pedro, 1998, p. 24).

Do Congresso Nacional é possível extrair que a tendência dominante é a prevalência de uma postura elitista e punitiva em relação ao crime, replicando sempre a impunidade da elite de modo a preservar a estrutura oligárquica de poder no cenário social, político e cultural.

Assim, no processo elaborativo das leis, os congressistas têm replicado a ideia constitutiva da existência da violência e exclusão de classes, impedido de tal modo que a política se constitua em um espaço cidadão, transformando a lei em um fator marginalizador e não redentor (FRADE, Laura, 2008, p. 108).

E nessa linha de construção temos que:

“O Parlamento brasileiro se alinhou - e a ser mantida a inconsciência dessas visões seguirá se alinhando – em termos de produção legal, com as ideias neoconservadoras que tomam os governos e os Estados no mundo. Focadas no endurecimento da legislação e a criação de mecanismos de controle social ainda mais rígidos. Com isso, acumulamos nas prisões contingentes enormes de pessoas que em verdade poderiam ser riqueza, já que únicas. O sistema legal retributivo,

soma-se ao sistema penitenciário que não consegue recuperar, que encontra dificuldades em ressocializar. A coesão social se esvai e a anomia ameaça nossa possibilidade real, de nos constituirmos em uma Nação” (FRADE, Laura, 2008, p. 108 e 109).

O primeiro passo para a alteração desses padrões antigos é se debruçar sobre as origens, fundadas nas crenças construídas pela sociedade, que por serem internalizadas acabam por nos ser invisíveis.

Na constância da manutenção dessa matriz, o controle social sobre o comportamento dos seres humanos seguirá sob a égide do poder. Assim, os pobres, aqueles de baixa instrução, acabam por ser objeto de um Direito que serve para controlar, segregar e punir. Formando, assim, uma realidade de exclusão e de não inclusão. Nesse curso, a lei continua sendo meio para a manutenção dos poderosos, instrumento que legitima a dominação. Ou seja, a lei não tem se prestado à formação da cidadania, mas sim para à censura, para a exclusão.

2.2 Direito para os bons e direito para os maus: a seletividade penal

Um dos princípios de maior importância em um estado democrático, diz respeito ao princípio da igualdade, sendo este um reflexo de um valor intrínseco no seio social. E por tanto, quando violado, deveria ser concebido este ato como imoral e injusto.

Diante desse aspecto é que surge a necessidade de se analisar como se desenvolve essa aplicação quando a relação de igualdade é entre particulares e o Poder Estatal, pois esta tem se manifestado de forma diferente e pretenciosa.

E, diante dessa atuação estatal, o que se percebe é uma antiga e constante aceitação dessa diferenciação e segregação refletida no sistema penal. De modo que há uma significativa parcela da população que recebe como comum e natural a forma diferenciada de tratar os indivíduos que compõem classes diferentes.

Assim, outro dado importante a se ater diz respeito à dimensão do Poder Estatal, pois este tem um reflexo significativo na construção da realidade e, devido a esse mesmo instituto, é que é possível vislumbrar que há marginalização de grupos sociais, como também é possível extrair esse

poder dos dados contingenciais da população encarcerada atualmente no Brasil que, segundo dados do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN) e, do Banco de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), somam pelo menos 812.564 presos.

Essa cifra corresponde, em números, a uma população que podemos ter como comparativo o município de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, que atualmente possui 818.875 habitantes, segundo a última estimativa do Instituto Geográfico Brasileiro de Estatística (IBGE).

A diferença no trato estabelecida pelo poder estatal se revela quando a punição por ele exercida tem maior alcance em referência àqueles que praticam crimes definidos como “toscos”, sem muita nuance e especialidade, que poderiam ser combatidos com operações e políticas ostensivas.

Isso reflete no tipo de público alcançado, uma vez que os agentes e sujeitos dessa prática acabam por serem aqueles que têm acesso reduzido aos níveis de educação, o que é composto em sua maioria por negros e pobres, sendo estes homens e mulheres que residem em áreas menos abastadas e menos protegidas pelo poder estatal. Pois, muitas das vezes são vistos e são resumidos ao conceito de ameaça à Segurança Pública e que, portanto, devem ser “caçados”, de modo que constantemente são observados pelo poder público, não para lhes promover a assistência necessária, mas sim para que sobre eles recaiam a resposta estatal que de modo geral a sociedade espera, já que jaz entranhado na sociedade o ideário punitivista.

Diante desse contexto, a partir de Zaffaroni é possível extrair que o Estado na sua atuação se distancia dos princípios norteadores e dirigentes do exercício do instrumento de poder. Pois, diante da aplicação da legalidade material ou processual, o Estado se afasta dos limites fixados pelo legislador para a aplicação sancionatória e, ainda, não exerce atividade processante e julgadora de alguns atos praticados sob a sua jurisdição e que por definição são condutas criminalizadas (ZAFFARONI, 2001, p.22).

Por tal razão é que se chega ao raciocínio de que o Estado, se fazendo apresentado na pessoa de seus agentes, utiliza-se da lei penal sancionadora como pretexto para validar atuações desmedidas e desproporcionais, pois desprivilegia o princípio da igualdade, onde é exercido vigilância disciplinar ostensiva sobre determinados cidadãos. O que demonstra a intenção estatal de

estabelecer padrões de comportamento, fomentando uma regulação exacerbada que extrapola as previsões de proteção das garantias fundamentais, que são balaústre à proteção individual e que mesmo diante de circunstâncias conflituosas devem ser garantidas e observadas.

Nesse contexto de discrepância da atuação estatal é que incide um ponto interessante, que diz respeito a cifras ocultas, que na definição de Ricardo Genelhú diz respeito a criminalidade real que fica oculta perante a atuação do poder sancionador, gerando um efeito de “impunização” (GANELHÚ, 2015, p. 313).

A prioridade punitiva refere-se a delitos patrimoniais e conexos a crimes que envolvem entorpecentes porque isso facilita a criminalização da pobreza. Sendo que a realidade a ser constatada em números possui um quantitativo elevadíssimo de vítimas que não foram consideradas. Pois, o que se sabe é que o comportamento delituoso é comum e enraizado na sociedade, porém, diante da seletividade, algumas condutas são rechaçadas pelo sistema jurídico penal, enquanto outras passam despercebidas pelo “radar” sancionador, mesmo que tais práticas contribuam em maior ou menor medida para a insegurança pública. E, quando são práticas cometidas pelas classes de média e alta posição social, acabam por integrar a cifra oculta estatal.

Diante disso, a criminalidade real passa a ser um dado indeterminável, independentemente do método que se aplique para quantificá-la. Porém, mesmo diante desse óbice, é factível que esse axioma seja presente.

Nesse sentido é que temos a vulnerabilidade à criminalização, que diz respeito ao modo que o Estado se utiliza para manter vivo o sistema penal e, assim, define em que área e quais grupos serão efetivamente investigados, policiados, processados, encarcerados e mortos.

O nosso sistema penal é perverso e seletivo, sendo criado para “prender menino pobre por 100 gramas de maconha e que não consegue pegar quem desvia 10 milhões” (BARROSO, 2017). Ainda nesse diapasão em que se trata a respeito da definição e da existência da cifra oculta em nosso sistema jurídico penal é que se extrai, a partir de Zaffaroni, como é definido pelo Estado, quais os atos serão criminalizados e em que medida ocorrerá essa atuação. A proposta de Zaffaroni é que:

Diante da absurda suposição - não desejada por ninguém - de criminalizar reiteradamente toda a população, torna-se óbvio que o sistema penal está

estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente, aos setores vulneráveis. Esta seleção é produto de um exercício de poder que se encontra igualmente em mãos dos órgãos executivos, de modo que também no sistema penal — formal a incidência seletiva dos órgãos legislativo e judicial é mínima (ZAFFARONI, 2001, p. 27).

Dessa forma, evidencia-se, mais uma vez, a forma que o Estado operacionaliza a sua incidência na sociedade. Quando da sua atuação optou-se por selecionar alguns delitos e alguns indivíduos para que se desse efetividade à sistemática repressora do Estado, assim recaindo a sua diligência sobre aqueles que possuem menor capacidade de se proteger da atuação estatal.

2.2.1 Seletividade criminalizante

A igualdade é um valor compartilhado no seio social, sendo uma norma jurídica geral da qual não restam dúvidas quanto a sua importância para a estruturação social. Porém, a sistemática do direito revela uma construção que se pauta na escolha de filtros para se instrumentalizar a atuação do direito sob a sociedade.

Porém, diante do princípio da isonomia, que é norteador da sistemática penal, tem-se que, quando diante da elaboração da norma geral e abstrata, o que se quer é materializar esse instituto, uma vez que todos os cidadãos, a partir de então, passam a saber que determinadas condutas foram selecionadas e, assim, passam a vestir o manto da antijuridicidade e, portanto, nesse sentido devem se abster de praticá-las. Por conseguinte, em caso de desrespeito a essa premissa, haverá o sancionamento jurídico (SANCHES, 2017, p. 33).

A esse fenômeno, nas palavras de Nilo Batista e de Eugenio Zaffaroni, é que chamamos de criminalização primária.

A criminalização secundária, por sua vez, é a aplicação da lei geral e abstrata ao caso concreto, momento em que, ocorrendo os fatos penalmente previstos, a norma irá subsumir as circunstâncias que ocorreram no mundo fenomênico.

Nesse sentido, ressalta-se uma variável importante a ser considerada, na qual diz respeito a questão da criminalização secundária que não se é percebida, pois diversos casos

acabam por compor a cifra oculta. Isso acaba por resultar em uma baixa efetividade na repressão desses atos no plano jurídico. Desse modo, o que se observa é que a criminalização secundária tem um alcance amesquinhado, pois nem sempre haverá a atuação do poder estatal quanto aos atos antijurídicos praticados. Nesse sentido é que Zaffaroni diz que “a impunidade é sempre a regra e a criminalização secundária, a exceção [...]” (2011, p. 45).

Nesse sentido é que se busca desmistificar qual filtro utilizado para a aplicação da criminalização secundária, caminho este que permite saber se a vulnerabilidade diante do poder punitivista do Estado é maior ou menor para determinados estamentos sociais.

Diante desse direcionamento, o que se depreende do sistema é que a punição de crimes mais toscos tem maior recorrência se comparados com a atuação do Estado frente a crimes mais complexos e elaborados. Sendo a primeira classificação de crime normalmente praticado por aqueles que tem menos acesso à educação e formação e a segunda classificação de crime praticado pelo grupo mais seletivo da sociedade.

Assim, o que se tem é que, devido a punição recair de forma mais veemente sobre os crimes mais toscos, tendo por característica o cometimento por uma classe menos privilegiada, o que repercute nas mídias, na sociedade, é que os atores dos perigos sociais são pretos e pobres (SANCHES, 2017, p.34).

Sobre esse processo de criação de estereótipos, Zaffaroni e Batista apontam que “os atos mais grosseiros cometidos por pessoas sem acesso positivo à comunicação acabam sendo divulgados por esta como os únicos delitos e tais pessoas como os únicos delinquentes” (2011, p.46).

Diante desse processo de etiquetamento da figura do delinquente é que decorre o principal critério seletivo e segregacionista da criminalização secundária. Pois, a partir de então, é que se aponta a partir das características dos indivíduos os meios de criminalização.

Logo, diante dessa perspectiva é que se percebe a existência de um filtro que permeia a aplicação da criminalização secundária, de modo que a maioria dos sujeitos que sentem a resposta estatal são advindos das camadas marginalizadas pelo sistema individualista clássico liberal.

Tendo, portanto, poucos casos que fogem à exceção, de modo a ratificar a ideia da estruturação do sistema penal.

É necessário frisar que a seletividade penal se encontra em ingerência desde a criminalização primária, pois “a criminalidade típica dos agrupamentos mais vulneráveis é gravemente apenada, a despeito de produzir efeitos, em termos de coletividade, menores do que muitos crimes típicos das elites” (ZAFFARONI e BATISTA, 2006, p. 25).

Para contextualizar, temos que o tratamento penal direcionado aos crimes contra a ordem tributária, que em justa medida versa sobre lesão patrimonial, é significativamente diverso daquele dado aos crimes contra o patrimônio propriamente ditos. (SANCHES, 2017, p. 35). Pois, esta primeira modalidade de crime, por si só, pressupõe a necessidade de o sujeito autor do delito ter poder aquisitivo, para só então ter aptidão para praticá-lo, o que se difere do crime de furto, na qual qualquer pessoa, sendo esta detentora ou não de posses, pode praticar.

Nesse sentido, dispôs SANCHES:

Por disposição do Código Penal, o furto é perseguido através de ação penal pública incondicionada. Após instaurado o processo, apenas não será aplicada a sanção cominada para o delito quando se comete furto contra bem de valor ínfimo (princípio da insignificância). Ou seja, após furtar o bem, não há nada que o agente criminalizado possa fazer para se livrar da punibilidade por seu ato. De modo muito diferente funciona o tratamento dos crimes contra a ordem tributária praticados por particulares, indicado nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137/90.

Assim como o furto, são crimes cometidos sem uso de violência e contra o patrimônio. Se diferem, porém, na figura do sujeito passivo do crime: são cometidos em desfavor do ente público, que, ao menos em tese, deveria ser mais protegido do que o privado, já que o princípio da supremacia do interesse público rege toda a atuação do Estado [...]. (2017, p. 35-36).

Diante disso, há a constatação de que há a atuação da seletividade no sistema penal, sendo um contraponto ao princípio da isonomia que deveria irradiar sobre a sistemática jurídica.

Assim, diante dos dados do INFOPEN (2017), pode-se extrair a confirmação dessa tese.

É nesse sentido que vemos situações em que “9 g de racismo pesam mais que 129 kg de maconha” (OLIVEIRA, 2017). Onde um jovem empresário – Breno Fernando Solon Borges – que é dono de uma metalúrgica e serralheria em Campo Grande no Mato Grosso do Sul foi preso

portando cerca de 130 quilos de maconha, uma pistola nove milímetros e 199 munições de fuzil calibre 7.62, de uso exclusivo das forças armadas, com destino ao estado de São Paulo. Porém, se valendo da sua filiação, pois é filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral do MS, a Desembargadora Tânia Freitas Borges, no momento da abordagem policial Breno deu o nome de sua mãe para não ser preso, com o fito de demonstrar a sua posição social, de modo a fazer com que não incidisse sobre ele a aplicação da lei e, assim, sair com vantagem.

Acontece que Breno chegou a ser detido, porém passou pouco tempo encasulado, pois conseguiu um diagnóstico psiquiátrico que o possibilitou responder o processo em liberdade.

Enquanto isso, Rafael Braga, um jovem negro e pobre, catador de material reciclável, e que não é filho de uma desembargadora, foi condenado a 11 anos de prisão, por tráfico e associação para o tráfico, por portar em um flagrante forjado de 0,6 gramas de Maconha e 9,6 gramas de Cocaína (OLIVEIRA, 2017).

Assim, tem-se que esses dois casos evidenciam que há um filtro socio-racial que opera desde a criminalização primária e que se erradia com mais intensidade diante da criminalização secundária.

2.2.2 Seletividade vitimizante

Diante da estruturação usada no procedimento de atuação do Estado, factualmente se percebe que a mesma “lógica” adotada na construção da aplicação criminalizante também incide na construção da seletividade vitimizante.

Dessa forma temos o mesmo processo de vitimização primária e secundária. A vitimização primária consiste na seleção pelo poder legislativo de quais públicos serão resguardados diante de determinadas situações lesivas, assim incidindo sobre os transgressores o poder punitivo. Já que diante de determinados tipos de conflitos os agentes públicos que apresentam o Estado não conseguem dirimi-los sem o uso da força. A vitimização secundária surge quando no mundo concreto a conduta criminalizada ocorre e nasce, a partir de então, a pessoa lesada pela ocorrência do ilícito (SOUZA, Renato., 2017, p. 38).

A seletividade nesse aspecto é percebida quando da criminalização da pobreza vê-se o reflexo disso também na seletividade vitimizante. Pois, as pessoas mais pobres estão em constante vulnerabilidade social, de modo que a escassez por falta de recurso inviabiliza a utilização de meios para efetivar e aumentar a segurança sobre si e seus patrimônios. Valendo-se apenas da segurança ineficaz e precária ofertada pelo Estado, o que as torna desse modo mais sujeitas à vitimização secundária.

Em contraponto, a realidade das pessoas mais abonadas é de que ali há a maior efetividade na proteção de seus meios. Uma vez, que diante das condições favoráveis e a elas disponíveis podem se valer do uso de aparatos particulares para promover a segurança, como por exemplo, morar em condomínios fechados em que há muros altos, portões, seguranças particulares, porteiros, cercas elétricas, câmeras de vídeo monitoramento etc.

A esse fenômeno Zaffaroni e Batista chamam de *privatização da justiça* (2011). Estes autores explicam esse fenômeno excludente que permeia a construção social. Assim vejamos:

a) As mulheres são criminalizadas em menor número que os homens, porém são vitimizadas em medida igual e superior. Em geral, a distribuição da seleção criminalizante as beneficia, mas a seleção vitimizante as prejudica. b) os homens jovens são os preferidos para a criminalização, mas a vitimização violenta é distribuída entre eles, os adolescentes, as crianças e os velhos; os dois primeiros grupos por causa de sua maior exposição a situações de risco, e os dois últimos devido à sua indefensão física. c) os grupos migrantes latino-americanos são, em geral, indocumentados (imigrantes ilegais), condição à qual costuma somar-se a de precaristas (ocupantes a título precário de prédios alheios), resultando uma situação de ilegalidade que os priva de acesso à justiça [...] d) A marginalidade e a repressão à qual são submetidas as prostitutas, seus clientes, as minorias sexuais, os dependentes de drogas (incluindo, naturalmente, os alcoólicos), os doentes mentais, os meninos de rua, os velhos sem família, e ainda a incúria generalizada das agências executivas em relação à sua segurança (fenômeno que se racionaliza como desvalorização da vítima), aumentam enormemente seu risco de vitimização. e) Nos delitos não-violentos contra a propriedade, o pequeno poupador é aquele que sempre leva a pior quanto aos riscos de vitimização, pois carece os recursos técnicos e jurídicos e das informações que dispõem os operadores de capitais de maior vulto (ZAFFARONI; BATISTA, 2011, p. 55-56).

Diante disso, o que se percebe é que o processo de seletividade tem interferência direta na vitimização e devido essa relação é que o sentimento de insegurança e o sentimento de injustiça se fazem intensos nesse grupo selecionado que é o mais vulnerabilizado.

Dessa forma, um roubo de um aparelho celular tem aspectos e efeitos diferenciados quando praticados em classes diferentes. Assim, diante dessa prática delituosa, quando a vítima é um sujeito pertencente a uma classe social média ou alta, não há tanto efeito danoso, mas quando este mesmo fato criminoso ocorre vitimando uma pessoa de classe social mais baixa os prejuízos são mais perceptíveis e causadores de maiores perdas, gerando muita das vezes até traumas.

Nesse ínterim é que se extrai que o fim ressocializador atribuído como contra resposta à prática delituosa deixa de ser tido como um dos fins para a aplicação das medidas penalizadoras, para se limitar à ideia de que serve como resposta para que se proceda ao uso de um método segregador, excluindo dessa forma a o criminalizado.

Assim, mesmo sendo o mesmo grupo selecionado para compor a seletividade criminalizante e para compor a seletividade vitimizante, temos que a ideia de que os criminalizados devem ser rechaçados pelo corpo social ganha aquiescência dos indivíduos que compõem esse conjunto social vulnerabilizado pela seletividade no processo criminalizante.

Outrossim, a construção dessa sistemática segregatória, que foi denominada por Salvador Netto como sendo um modelo de *segurança social*, tem se mostrado um instrumento apto na fomentação da vulnerabilidade aos grupos populacionais sistematicamente criminalizados pelo sistema jurídico penal, e na mesma medida tem se mostrado um instrumento igualmente apto e capaz de ser legitimado por eles próprios por serem, de modo reflexo, também aqueles que são os maiores vitimados pela delinquência praticada (2014, p. 172).

2.2.3 Seletividade policizante

A classe policial compõe importante parte do processo do sistema jurídico penal, pois é uma peça dentro do sistema responsável por efetivar a aplicação da criminalização secundária no grupo daqueles que outrora estudou-se como sendo pertencentes ao grupo dos criminalizados.

Assim, é possível afirmar que é parte fundamental, já que contribui diretamente na construção da verdade real apresentada ao sistema jurídico penal, pois é protagonista da fase pré-processual e portanto responsável direta pela elaboração das provas que a posteriori serão objeto

de perquirição judicial, devendo estas segundo as regras do art. 155 do Código de Processo Penal, serem submetidas ao contraditório para então serem aptas à formação do convencimento do órgão julgador.

Porém, em alguns casos, como no processo de nº 0212057-10.2013.08.9.0001, que tramitou perante a 32ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a fase instrutória processual se revelou muito frágil, pois limitou-se a ser uma instância que se presta para dar ares de validade à atuação policial, uma vez que formalizou e homologou as práticas policiais.

Esse caso foi difundido pela mídia e diante disso ficou demonstrada a carga de subjetividade na atuação policial desde a fase pré-processual, como na fase instrutória que permearam as imputações feitas à pessoa de Rafael Braga Vieira, o único preso das manifestações que ocorreram no Brasil no ano de 2013.

Rafael Braga Vieira era ao tempo dos fatos morador da comunidade da Vila Cruzeiro, Bairro da Penha no Rio de Janeiro, catador de materiais recicláveis, negro e dependente químico. Foi preso durante os movimentos populares que ocupavam as vias públicas, momento este palco de diversas insurgências em relação ao aumento de tarifas de serviços públicos e à situação então vigente na política do país.

Rafael voltava para sua casa à pé, pois não tinha condições financeiras para arcar com a tarifa do transporte público, momento em que, ao passar pela Rua do Lavradio, 155, Centro do Rio de Janeiro, foi surpreendido pela abordagem de policiais que, ao encontrarem junto à Rafael dois recipientes plásticos, sendo um do produto Pinho Sol e outro água sanitária, o detiveram sob a alegação de que ele estava portando instrumento explosivo, conhecido como coquetel *molotov*.

Ainda, no processo é possível extrair que os peritos atestaram que os produtos que Rafael portava consigo tinham baixa periculosidade e, portanto, baixa capacidade de se tornar uma “arma inflamável”. E, ainda, como sabido pela nossa sistemática penal, tratavam-se de produtos que têm o seu porte não criminalizado, pois o emprego de tais produtos é para fins de limpeza doméstica.

Conforme as folhas de nº 89 e 90 dos autos do processo em epígrafe, tem-se que o próprio Rafael em Juízo diz que os materiais que transportava estavam lacrados, de modo que era

impossível aparentar ser um coquetel *molotov*, o qual seria necessário ser uma garrafa contendo etanol e um pavio ignitor.

Assim, diante do contexto social e diante da construção estigmatizante sobre a aparência do sujeito Rafael, inferiu-se em todo processo que este com toda certeza estava nos movimentos sociais apenas com o intuito exclusivo de praticar atos de vandalismo, “tendentes a desacreditar e desmerecer um debate democrático”. (autos, fl. 126).

Sem nenhuma perquirição observando os devidos procedimentos ou seguindo a busca da verdade real, os agentes do estado passaram a atuar no sentido de constituir provas contra a pessoa de Rafael, tendo a intenção de imputar a ele a prática de atos atentatórios à segurança pública.

Assim, diante dessa frágil atuação, o Poder Judiciário que deveria ser meio a se buscar a justiça aos casos em concreto, como também meio de controle à atuação policial, vê-se que essa instituição acaba por se prestar a ser instrumento a serviço da atuação desmedida dos agentes que operacionaliza a fase pré-processual. De modo que a interpretação seletiva dos laudos técnicos e referente ao quadro social que permeou todo contexto fático formaram tanto o critério de instauração pré-processual, como também quanto a valoração de reprovabilidade durante a persecução penal.

Pois, a análise a ser extraída desse contexto é a de que, diante das manifestações que ocorreram, sendo estas realizadas por uma diversidade inumerável de sujeitos, Rafael Vieira Braga foi selecionado para representar aquele que apenas teria o fito de provocar a desordem, de modo que este só poderia integrar uma minoria vândala.

Como pode ser extraído do processo em análise, o juiz da 32ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, Guilherme Duarte, recebeu a denúncia em que o *Parquet* pedia que fosse convertida a prisão em flagrante em preventiva pelos fundamentos de que era necessário para que fosse resguardada a persecução criminal, como também para garantir a ordem pública e a devida aplicação da lei (autos, fl.44). Porém, em nenhuma manifestação o juiz ou o membro do Ministério Público fundamentam a petição com base nas circunstâncias que permearam o caso concreto.

Ainda, quando da solicitação pelo juízo de que fosse apresentada a perícia realizada nas circunstâncias da apreensão da suposta arma inflamável, como da prisão em flagrante de Rafael

Braga, tem-se que o laudo apresentado data de dia diferente dos fatos ocorridos, sendo o documento constante do dia 22 de junho de 2013, quando os fatos se deram no dia 20 de junho de 2013.

O que por razões lógicas faz com que tal laudo pericial careça de contundente valor para atestar quaisquer imputações feitas a Rafael, visto que realizado em dia diverso aos dos fatos e assim perdendo a materialidade do objeto a ser analisado.

Assim, foi formada a decisão judicial que, como se extrai dos autos, o magistrado considerou formada a materialidade da conduta, de tal modo que estaria apto a proferir a *decisium* já que se reputou formado o juízo de culpabilidade, e nesse ínterim o juiz da causa fundamentou dizendo: “em se tratando de prisão em flagrante de características bastante comuns, a aferição da materialidade e autoria do delito não demandam maiores indagações”.

Pautando-se apenas na frágil instrução processual é que se sucedeu a condenação de Rafael Braga que, como exposto, pautou-se em frágil dilação probatória a fim de comprovar a materialidade dos fatos imputados à pessoa do réu, como também tem-se que o convencimento do magistrado se fundou na manifestação de apenas duas testemunhas, das quais eram de acusação, sendo estas os policiais que detiveram Rafael na situação das manifestações (autos, fl. 123-125 e 296-300).

Logo, o que esse processo revela é a fragilidade e a tendenciosa atuação que a esfera do judiciário trabalhou para poder formar o juízo de culpabilidade e, assim, o juízo de reprovabilidade contra a pessoa de Rafael Braga Vieira. Já que os próprios laudos que averiguaram a capacidade inflamável das substâncias acabaram por revelar a reduzidíssima potencialidade incendiária.

É nesse ponto que se revela a inconcretude da responsabilização penal, uma vez que portar produtos de limpeza de uso doméstico não deveria ser subsumido à conduta tipificada no Ordenamento Jurídico Penal em seu artigo 16, parágrafo único, inciso III da Lei Federal nº 10.826/2003.

Nas palavras de Murilo Duarte Costa Corrêa:

Isso significa objetivamente que o perigo abstrato do fato perseguido em juízo não decorre do porte dos vasilhames, mas da substância inflamável contida no interior

de um deles, o etanol – e o porte de substância inflamável, conduta que o laudo objetivamente caracteriza, não é fato típico penalmente punível pelo ordenamento jurídico brasileiro. Porém, tanto quanto ninguém se ocupou de negar que Rafael Braga Vieira portasse coquetéis *molotov* naquela noite de 20 de julho, ninguém jamais se perguntou sobre o que Rafael tinha nas mãos quando foi preso e, assim, a verdade penal sobre a materialidade do fato punível é formada pela conjugação da disposição incriminadora da polícia homologada e formalizada pelo processo judiciário (CORRÊA, 2018, p.223-224).

Assim, pode-se concluir desse caso que há uma expressiva influência de caráter subjetivo na condenação de Rafael, visto que este, jovem, negro, pobre, desempregado, reincidente, com baixa escolaridade, tido diante do contexto social em que fora apreendido como sendo um vândalo em potencial, com disposição e intencionalidade criminosa, pois já que estava em um protesto onde havia registro da mídia na qual estavam ocorrendo episódios de violência policial, como também a atuação de blocos de vandalismos, denominados como *black bloc*, Rafael só poderia pertencer pela opinião policial a este grupo (CORRÊA, 2018, p.227).

É diante dessas circunstâncias acima apresentadas que foram feitas as leituras policiais, como também se pautaram a produção dos documentos, dos testemunhos e perícias produzidas pelos policiais, ou seja, a verdade penal pautou-se somente na visão dos agentes, sem levar em consideração o contraponto existente sobre o axioma apresentado (CORRÊA, 2018, p.228).

E, ainda, diante da análise sobre a atuação policial e a sua formação, tem-se que um dado interessante e relevante diz respeito à formação desse grupo que em relação a sua composição de pessoal é formado majoritariamente pelo mesmo grupo que constituem os selecionados a pertencerem à categoria dos criminalizados e à categoria dos vitimizados pelo processo criminal.

Porém, em um dado momento esses indivíduos outrora pertencentes ao mesmo grupo social, se segregam formando dois outros grupos.

Diante dessa construção do sistema social não se quer de nenhum modo responsabilizar um grupo ou outro, mas tão somente fazer uma análise referente à construção e atuação desses dois grupos frente a realidade estudada.

Assim, pode-se depreender através da atuação policial que estes não se limitam apenas à figura dos agentes públicos, sendo a “polícia” uma toda sistemática montada para exercer o controle de produções, seja ela, cultural, religiosa ou midiática.

Diante dessas interferências presentes na sociedade, faz-se necessário demonstrar como são exercidos esses mecanismos frente as classes selecionadas, que são aquelas vulnerabilizadas.

Nesse sentido, se seguirmos a definição schmittiana, segundo a qual “o soberano é quem decide sobre o estado de exceção” (SCHMITT, 2006, p. 07), a polícia funciona como um órgão soberano.

Em paralelo a essa atuação, temos que o Poder Judiciário tem sido menos que uma estrutura de controle da legalidade da atuação dos órgãos policiais, visto que:

[...] Age como uma instância que homologa (torna legítimas) e formaliza (valida e dá forma jurídica) as práticas policiais de exceção. Agamben (1996) pode afirmar que as polícias são soberanas porque criam exceções não previstas e as aplicam aos casos particulares; ao fazê-lo, derruem as pretensões deontológicas universalistas que fundam a lógica liberal dos direitos e suspendem a validade do ordenamento jurídico sob o pretexto de aplicá-lo a um caso concreto. O Poder Judiciário, não raro, funciona como a instituição responsável por reconverter as práticas policiais de exceção em regra jurídica, homologando-as e as formalizando nos tribunais. Eis o que designa a dinâmica de funcionamento das políticas de segurança pública no Brasil (CORRÊA, 2017, p. 216).

Em Nietzsche (2008, p.19) é possível extrair que o poder tem a capacidade de nomear, e é por meio do nome que se pode apropriar das coisas, e assim através dos signos é que encontramos o norte para entender o sistema, pois ao investigar os signos produzidos pelas instituições policiais e judiciais é que se torna possível traçar perfis simbólicos e converter os indivíduos, objetos desse processo, obstinados à pulsão encarceradora do Estado (CÔRREA, 2018, p. 219).

Um outro problema apresentado nessa estrutura diz respeito à aplicação da lei ao caso concreto, pois em uma atuação de exceção, o policiamento tem se válido de normas abstratas que não se subsumam ao caso concreto e os aplicados como se as fosse, apenas para revelar a atuação estatal.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 Limites e estatuto jurídico da intervenção federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

Diante do objeto desenvolvido nesse trabalho monográfico vê-se pertinente a abordagem do que vem a ser a Intervenção Federal e ainda desenvolver o raciocínio do procedimento desse instituto para que por meio dessa base seja possível compreender o que foi a Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro.

Assim, nesse diapasão, temos que a intervenção é ato político¹ que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constituindo-se, dessa forma, o *punctum dolens* do Estado federal, onde se entrecruzam as tendências unitaristas e as desagregantes (MIRANDA, Pontes de., 1970, p. 200, 201 e 207). E, ainda, consultando o que dispõe o art. 84, inciso X² da Constituição Federal, temos que o legislador constituinte definiu, dentre outras, como sendo competência privativa do Presidente da República o poder de decretar e executar a intervenção federal.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou dizendo:

“A invasão territorial de um Estado por outro constitui um dos pressupostos de admissibilidade da Intervenção Federal. O Presidente da República, nesse particular contexto, ao lançar mão da extraordinária prerrogativa que lhe defere a ordem constitucional, age mediante estrita avaliação discricionária da situação que se lhe apresenta, que se submete ao seu exclusivo juízo político, e que se revela, por isso mesmo, insuscetível de subordinação à vontade do Poder Judiciário, ou qualquer outra instituição estatal” (MS nº 21.041/RO, DJ de 13.03.1992. p. 2.923. Relator Ministro Celso de Mello).

¹ Como preleciona José Cretella Júnior em sua obra intitulada “Dos Atos Administrativos Especiais” o “ato de governo ou ato político é toda manifestação de vontade do Poder Público que, por sua condição toda especial, escapa à revisão do Poder Judiciário, constituindo esse tipo de ação não uma exceção ao princípio da legalidade, mas à competência do juiz, o qual não tem possibilidade de fiscalizá-lo, se a isso for provocado”. (1995, p. 172).

² Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

X - decretar e executar a intervenção federal;

Como preleciona José Afonso da Silva em sua obra “Curso de Direito Constitucional Positivo”, a intervenção federal se funda em pressupostos que demonstram a situação crítica que acaba em pôr em risco a segurança do país, a estabilidade federativa, as finanças estaduais e a austeridade da ordem constitucional. Assim, a partir desses pressupostos é possível extrair que as finalidades desse instituto extraordinário são:

“(1) a defesa do Estado (País), quando nos casos do art. 34, I e II, é autorizada a intervenção para: (a) manter a integridade nacional; (b) repelir invasão estrangeira.

(2) a defesa do princípio federativo, quando, nos casos do mesmo art. 34, II, III e IV, é facultada a intervenção para: (a) repelir invasão de uma unidade da Federação em outra; (b) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; (c) garantir o livre exercício qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

(3) a defesa das finanças estaduais, quando nos casos do art. 34, V, é permitida a intervenção para reorganização das finanças da unidade da Federação que: (a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo força maior; (b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

(4) a defesa da ordem constitucional, quando o art. 34 autoriza a intervenção: (a) no caso do inciso VI, para promover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; (b) no caso do inciso VII para exigir dos seguintes princípios constitucionais: (b.1) forma republicana, sistema representativo, regime democrático; (b.2) direitos da pessoa humana; (b.3) autonomia municipal; (b.4) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; (b.5) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a procedente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde (EC 29/2000)” (SILVA, José Afonso da.; 2017; p.489-490).

Nesse sentido, o texto constitucional, em seu art. 34 e incisos I, II, III e V³, prevê que cabe a intervenção federal para pôr termo à grave comprometimento da ordem pública, para garantir a integridade nacional e também para repelir a intervenção estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra e também quando o Estado deixa de pagar sua dívida sem

³ Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

motivo justificável por mais de 2 (dois) anos consecutivos ou deixa de fazer o repasse aos Municípios de sua receita tributária.

Nesses 4 (quatro) casos supramencionados o Presidente da República pode agir *motu proprio*, espontaneamente, ou seja, trata-se de uma intervenção voluntária. O que ocorre é que o Presidente percebe a inconstitucionalidade praticada em um Estado ou aqui no Distrito Federal e toma a medida que é de decretar a intervenção federal.

No Rio de Janeiro, objeto desse trabalho monográfico, ilustra-se o inciso III, que diz respeito à necessidade de pôr a termo o grave comprometimento à Ordem Pública.

Sobre o que vem a ser a Ordem Pública, Bilac Filho preleciona:

“A ordem pública é aquela que pressupõe que todos os Poderes do Estado estejam em seu funcionamento habitual e que todos os seus cidadãos não estejam sendo perturbados por fatos, atos ou coisas que as autoridades estaduais não possam impedir ou controlar” (FILHO, Francisco Bilac., 2002, p. 333).

Nesse mesmo íterim, temos a definição do que vem a ser comprometimento à Ordem Pública, lecionada por Pontes de Miranda que assim dispôs:

É “a perturbação que supõe a duração dos distúrbios, ainda que descontínuos no tempo, desde que o governo estadual não esteja com aptidão de assegurar, de pronto, a punição normal de todos os atacantes e de garantir a Constituição e as leis federais, a Constituição estadual e as leis estaduais e municipais” (MIRANDA, Pontes, 1987, p. 213).

E, ainda, conforme dispõe Immanuel Kant, entende-se por Grave Comprometimento da Ordem Pública:

“Qualquer resistência contra o supremo poder legislativo, qualquer rebelião destinada a traduzir em ato a insatisfação dos súditos, qualquer tumulto que dá início à rebelião é o delito maior e mais execrável que pode ser realizado em um Estado e o que destrói os seus fundamentos” (KANT, Immanuel apud. FILHO, Francisco Bilac., 2002, p. 332).

Assim, diante dessas circunstâncias, o Presidente, conforme o art. 36, § 1º, CF⁴, observando os pressupostos formais da intervenção⁵, redigirá o decreto conforme a situação, e nesse Decreto o Presidente especificará os termos, momento em que explicita quais medidas serão tomadas para restabelecer o *status quo ante*, fixando também o prazo da intervenção consoante a necessidade para se restabelecer a normalidade e, ainda, podendo nomear ou não a figura de um interventor⁶, pessoa essa que será de sua confiança, pois esta figura representa para todos os fins a vontade e manifestações do chefe do poder executivo federal, de modo que eventuais problemas ou implicações serão atribuídas à responsabilidade deste e não daquele.

Sobre a qualidade de interventor, dispõe José Afonso da Silva a partir do texto de Eduardo Espínola:

“Quando na qualidade de interventor, executa atos e profere decisões que prejudiquem a terceiros, a responsabilidade civil pelos danos causados (art.37, §6º, CF⁷) é da União. Mas, no exercício normal e regular da Administração estadual, tal responsabilidade é de imputar-se ao Estado” (SILVA, José Afonso da.; 2017; p.493 apud. ESPÍNOLA, Eduardo.,1952, p.159).

Diante desses termos, pode o Chefe do Poder Executivo, afastar o Governador do Estado fazendo este ser substituído por um interventor em todas as áreas da administração ou só em

⁴ Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

⁵ Conforme obra de José Afonso da Silva em sua obra “Curso de Direito Constitucional Positivo”, 40 ed., 2017, constituem pressupostos formais da intervenção: “o modo de sua efetivação, seus limites e requisitos”.

⁶ A figura do interventor e sua nomeação dadas pelos poderes da União encontra justificção jurídica na doutrina dos poderes implícitos, na qual se a Constituição confere poder expresso para certo fim, há nessa mesma linha, implicitamente a oferta de meios para atingi-lo, caso não o faça explicitamente. E ainda, tem-se que a figura do interventor é constitucional e este é uma autoridade federal, cujas as atribuições dependem do ato interventivo e das instruções que receber da autoridade interventora. Suas funções, são limitadas ao ato de intervenção, e, portanto, são federais. Mas também prática atos de governo estadual, para assim dar continuidade à administração do Estado nos termos da Constituição e das leis destes. (SILVA, José Afonso da., 2017, p. 493).

⁷ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

parte dela. Como pode também, fechar a Assembleia Legislativa ou Tribunal de Contas do Estado por um tempo. Podendo também trazer certas limitações à atuação do Poder Judiciário daquele Estado.

Nesse ínterim, é importante frisar que eventuais conflitos de interesse que traspasse a segurança aos bens jurídicos inerentes a direitos individuais e coletivos, caberá responsabilização referente a tal ato. Pois, conforme a teoria constitucional brasileira o Ato Interventivo não pode suprimir direitos. De modo que os demais cidadãos e poderes do Estado continuam na plenitude da normalidade, não podendo sofrer restringências que não sofreriam se a situação política estivesse em seu estado ordinário (FILHO, Francisco Bilac., 2002, p.228).

Dessa forma, Carlos Roberto Siqueira Castro aduz:

“Sabendo-se [...] que a existência de faculdades discricionárias do Poder Público não é e nem pode ser motivado para afastamento da judicial *review* sempre que estiverem em disputa direitos individuais ou coletivos, cumpre determinar por que razão, em que circunstância, a ‘discricionariedade política’ acha-se infensa a ser contrastada perante o Poder Judiciário” (CASTRO, Carlos Roberto, 1989, apud. FILHO, Francisco Bilac., 2002, p. 224).

Porém, mesmo diante dessa possibilidade, há que se considerar que os atos de governo, ainda que causem prejuízo a terceiros, principalmente quando falamos de culpa, podem sim ser escusados pelo Poder Judiciário, sob o fundamento do princípio da prevalência do interesse público sobre o direito privado.

A Intervenção Federal ocorre quando a gestão do Estado passa a ser do governo federal, momento em que o Estado sofrerá intervenção na sua autonomia.

Nesse sentido, como bem-dispõe José Afonso da Silva:

“A intervenção é antítese da autonomia. Por ela afasta-se momentaneamente a atuação autônoma do Estado, Distrito Federal, ou Município que a tenha sofrido. Uma vez que a Constituição assegura a essas entidades a autonomia como princípio básico da forma de Estado adotado, decorre daí que a intervenção é medida excepcional, e só há de ocorrer nos casos nela taxativamente estabelecidos e indicados como exceção ao princípio da não intervenção, conforme o art. 34: “A União *não* intervirá nos Estados *nem* no Distrito Federal, *exceto* quando: [...]”, arrolando-se em seguida os casos em que é facultada a intervenção estreitamente considerados” (SILVA, José Afonso da.; 2017; p.489).

É importante ressaltar que, com as constituições anteriores – 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 –, era comum a intervenção do ente federal nos Estados, porém, com o nosso atual texto influenciado por ideias liberais temos que a intervenção passou a ser um ato excepcional, que deve se restringir aos termos taxativos dispostos no texto superior (LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo, 2018).

Temos nesse contexto que a Intervenção, largamente utilizada na República Velha e por Vargas, foi frequentemente desviada de suas previsões constitucionais para atender a interesses eminentemente políticos, de modo a se tornar um instituto a subservir aos anseios e mandonismo do poder central sobre os Estados. Como dispõe Francisco B. Filho “desse mal padeceu também a república, pois alçaram aos primeiros cargos do Estado, homens despreparados que visaram, nos momentos iniciais, deturpar as liberdades públicas concedidas e criar pequenos “feudos” de mandonismo coronelista” (2002, p. 216).

Para Francisco Bilac Filho, a Intervenção Federal é medida de força indispensável à manutenção do Estado Federal, considerando esse instituto como sendo a exacerbação maior do federalismo, pois ocorre quando um de seus componentes perde a “virtude da autonomia e vê-se “invadido” por autoridade que não as suas, para restabelecer princípios que não conseguiram fazer vingar em seu próprio território” (FILHO, Francisco Bilac., 2002, p.215).

Com a CRFB atual, os Estados e Municípios ganharam mais autonomia e, assim, os entes federativos foram colocados em status de equiparação, de modo que se o Presidente proceder com uma intervenção que não consta no rol autorizativo previsto no art. 34, CF, ele incide em crime de responsabilidade, podendo até mesmo sofrer o procedimento de *impeachment*.

Desse modo, nem mesmo os Estados podem interferir nos Municípios, pois caso contrário estes sofreriam a intervenção federal. Essa é a regra do procedimento e do instituto, pois as hipóteses de intervenção são excepcionais.

No caso do Rio de Janeiro, como já mencionado, o ente federal intercedeu para intervir no grave comprometimento que ocorria à Ordem Pública, justificado pelo alto índice de criminalidade no estado reportado pelas autoridades.

Para ilustrar, temos que, no caso do Rio de Janeiro, o Dirigente da República, por meio de um Decreto, afastou o Governador do estado de apenas uma de suas atribuições, qual seja, a segurança pública, ou seja, foi uma intervenção parcial, respeitando a regra que é da autonomia dos entes federativos.

A intervenção federal no Rio de Janeiro abrangeu apenas a área de segurança pública, ou seja, o comando das polícias Civil e Militar, como também o corpo de bombeiros e o sistema penitenciário.

É importante, ainda, definir e evidenciar que a intervenção federal não se confunde com o Estado de Defesa e não se confunde com o Estado de Sítio. Porque quando decretada a Intervenção Federal, os direitos fundamentais não sofrem automaticamente restrições.

Já no Estado de Defesa e Estado de Sítio são geradas automaticamente restrições, mas como regra do procedimento, na Intervenção Federal persistem os direitos fundamentais dos cidadãos, não sendo imputadas quaisquer restrições.

Ainda, o texto constitucional previu limites e circunscrição na atuação do Presidente na criação do Decreto regulamentador desse instituto, de modo que o Congresso Nacional deve apreciar o texto por aquele formulado, em um prazo de 24h⁸.

Assim, cabe ao Congresso Nacional apreciar o decreto e por fim aprová-lo ou não por meio de um referendo com quórum de maioria simples, regra essa prevista no art. 47, CF⁹, pois

⁸ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas; c/c

Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

⁹ Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

trata-se de uma medida já tomada pelo Presidente da República. Assim, o Congresso Nacional agirá por meio de um Decreto Legislativo.

E, na hipótese de o Congresso Nacional estar de recesso, seus membros serão convocados extraordinariamente para poder apreciar o Decreto redigido pelo Chefe do Poder Executivo. E, havendo a convocação extraordinária, os parlamentares teriam o prazo de 24h para comparecerem.

Desse modo, o Congresso Nacional extraordinariamente se reuniria sob o quórum de maioria simples em 24h e a partir de então teriam mais 24h para apreciar o Decreto Interventivo ao qual lhes foi submetido.

Nesse caso, quem faz a convocação é o Presidente do Senado e os parlamentares precisam obrigatoriamente comparecer.

Assim, a Intervenção Voluntária pode ser iniciada se aprovada pelo Congresso Nacional, mas se rejeitada, ela não terá prosseguimento.

Há ainda em nosso texto constitucional a possibilidade de termos a modalidade de intervenção federal provocada, ou seja, o Presidente da República não agiu espontaneamente.

Essa modalidade de intervenção se divide em duas, quais sejam: a intervenção provocada por solicitação e a intervenção provocada por requisição.

A solicitada é aquela que é pedida e é passível de análise, podendo ou não ser atendida pelo Presidente da República, tendo como sujeitos petitórios o executivo e o legislativo. Esse subtipo consta no art. 34, inciso IV, CF¹⁰, que trata da garantia da livre atuação de qualquer dos poderes dentro das unidades federais, ou seja, trata-se de uma ofensa à separação de poderes. Nesse caso, o poder coacto, aquele poder coagido, cerceado pelo outro, é quem vai levar o caso ao conhecimento do Presidente da República e em ato contínuo solicitará a intervenção no estado para poder garantir a livre atuação daquele poder prejudicado.

¹⁰ Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

Porém, se o poder prejudicado for o judiciário, caberá ao Supremo Tribunal Federal tomar as medidas, e assim estaremos diante de outra subespécie de intervenção provocada, pois aqui ocorrerá por meio da requisição. Então, o STF irá requisitar ao presidente que faça a intervenção federal para garantir a atuação do Poder Judiciário.

Na intervenção federal provocada por requisição o procedimento ocorre através da determinação, da ordem expedida pelo STF. E ocorre nos casos previstos no art. 34, inciso VI e VII¹¹, além da situação já retromencionada prevista no inciso IV da CF.

No inciso VI, temos a previsão da garantia à execução e cumprimento da ordem ou decisão judicial do STJ, do TSE ou do STF. De modo que os outros órgãos que compõem o poder judiciário, diante da necessidade de se operar uma intervenção, deverão solicitar ao STJ, TSE e ao STF para que estes requisitem ao Presidente da República. Pois, por permissivo constitucional apenas esses três tem a legitimidade para requisitar, não comportando a atuação das demais cortes superiores ou demais órgãos judiciários ou tribunais.

Ainda, no mesmo inciso tem a previsão da possibilidade de intervenção federal fundada na necessidade de se fazer executar e cumprir lei federal.

E, ainda, no inciso VII, há o motivo que justifica a aplicação de dado instituto quando em algum estado estão sendo feridos princípios constitucionais sensíveis.

O procedimento nesses dois casos, opera-se de modo diferente, pois aqui há a necessidade de se propor uma ação judicial junto ao STF, denominada de Representação Interventiva ou de Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, pelo Procurador Geral da República.

¹¹ Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Assim, julgando, o STF, a ação como sendo procedente, a consequência dessa decisão será a requisição pela Suprema Corte da Intervenção Federal ao Chefe do Executivo Federal em dado Estado ou no Distrito Federal.

Nesses casos de requisição do inciso VI e VII o Presidente da República deve decretar a Intervenção Federal e, em caso de negativa, o Presidente incorre em ato de descumprimento de ordem ou decisão judicial o que configura crime de responsabilidade, possibilidade esta que pode dar lastro ao procedimento de *Impeachment*.

Outro detalhe a ser mencionado sobre esse procedimento é que o Decreto Interventivo não será submetido à aprovação do Congresso Nacional, igual ocorre na Intervenção Voluntária, conforme dispõe o art. 36, §3º, CF¹².

Isso se opera assim porque nos casos de requisição o Poder Judiciário está dando uma ordem ao Presidente da República a qual tem essa competência privativa. E, ainda, devido à necessidade imperiosa de que o texto constitucional seja cumprido, havendo nesse sentido a exigência de se respeitar o pacto federativo.

Assim, o Presidente da República redigirá o Decreto Interventivo nos termos da decisão judicial.

A intervenção estadual, que é aquela que acontece no sentido de o Estado intervir em um Município, ocorre nos casos definidos no art. 35, CF¹³. Assim, temos que nos incisos I, II e III há simetria no que dispõe sobre a intervenção federal. Tendo como novidade as disposições do inciso IV que dispõe que cabe intervenção estadual quando o Município se recusa a cumprir a Constituição do Estado.

¹² § 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

¹³ Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Ainda, cabe apontar que a Intervenção Estadual também ocorre na modalidade voluntária, como também na provocada, cabendo tanto por solicitação como por requisição.

A requisição no âmbito estadual é feita pela provocação do Procurador de Justiça junto ao Tribunal de Justiça do estado. E caso houvesse uma intervenção federal a algum Município que integra território, o juízo competente para intentar a ação de inconstitucionalidade seria o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. E, no caso desse território ter mais que 100 mil habitantes, seria no seu próprio Tribunal de Justiça.

3.2 Operações interventivas para a garantia da Lei e da Ordem em favor da Sociedade?

A militarização da política, das relações sociais e da polícia tem sido uma realidade buscada e mostra a dualidade entre o poder e a força. Apesar de não ser um fenômeno novo, pois tal abordagem pode ser extraída das obras de autores como Thomas Hobbes, Max Weber, Friedrich Engels, Nicolau Maquiavel e outros, ela tem se mostrado mais havida nas relações sociais atuais.

Nesse contexto é que se vislumbra a decisão do Poder Executivo em que se optou por agir com um método excepcional sob o fundamento de se buscar a segurança, a paz social, com a aplicação da lei a favor da população carioca.

Diante da nossa atual constituição federal, temos que a Ordem Social pode ser compreendida como sendo a disposição interna do sistema constitucional que trata de diferentes aspectos da sociedade brasileira (ZOCKUN, 2017). Sendo assim, a Ordem Social é o reflexo da construção e formação da sociedade brasileira. Essa característica pode ser percebida pela disposição do título VIII da Constituição Federal, a qual abrange diversos assuntos de interesse coletivo.

Nesse sentido é que se pode inferir que a Constituição Federal, quando abordou a temática da Ordem Social, o que se quis foi tratar da sociedade brasileira e não se limitar apenas aos institutos referentes à implantação dos direitos sociais que constam no cardápio do art. 6º, CRFB/88 (ZOCKUN, 2017).

Nesse diapasão, é importante ressaltar que, diante da construção da nossa sociedade atual que se pauta no individualismo clássico liberal, tem-se que o Estado assumiu para si a responsabilidade de desenvolver políticas e instrumentos com o fim de promover a correção dos desvios naturais provenientes do sistema.

Assim, em última análise, o Estado assumiu para si a missão de alcançar a justiça social. É diante dessa perspectiva que o Brasil acaba por assumir o papel de um Estado Social, característica que se confirma quando no texto constitucional é possível extrair características que apontam para a busca da justiça entre os homens e a paz econômica. Destaca-se então os seguintes dispositivos constantes nos arts. 1º, III, 3º, I, III e IV; 5º, LV, LXIX, LXXIII, LXXIV, LXXVI; 6º, 7º, I, II, III, IV, VI, X, XI, XII; 23; 170, II, III, VII e VIII.

Todos os direitos sociais têm sua forma de efetivação por meio do “oferecimento, aos administrados em geral, de utilidades ou comodidades materiais singularmente fruíveis pelos administrados” (BANDEIRA DE MELLO, 2016, p. 669). Assim, as prestações de serviço para os cidadãos com objetivo do alcance de superar as mazelas provocadas pelo sistema são serviços públicos, estando esses institutos previstos ou não na Constituição.

Nesse sentido, a Constituição da República selecionou de assinalada importância a prestação de serviços públicos, evidenciando aqueles que concretizam os direitos sociais, colocando-os desse modo como um dever inarredável do Estado, no qual este não pode postergá-los ou diminuí-los (ZOCKUN, 2017).

Devido a essa opção do constituinte é que o administrado tem o direito de exigir as pertinentes prestações dos serviços públicos a fim de atender as suas necessidades básicas. Pois, o serviço público é um dos institutos mais idôneos para enobrecer o desenvolvimento da personalidade humana e nessa linha erradicar a pobreza e a marginalização provenientes das desigualdades sociais. Assim, com efeito, o serviço público é um meio de concretizar os direitos sociais, cuja finalidade é alçar a justiça e o bem-estar social.

O contraponto da intervenção militarizada é a opção de sofisticar e aperfeiçoar o oferecimento de recursos a fim de garantir a efetivação da Ordem Social. Pois, a luta com o poder e a força não tem se mostrado eficiente, visto que vem resultando em fomento da

desigualdade de classes, provocando o aumento da violência, da morte, sem contudo alcançar o fim a qual fundamenta a sua utilização no seio social, qual seja, buscar a paz e a ordem social.

Porém, o próprio texto da nossa Carta Magna traz a previsão de um melhor remédio a ser aplicado na situação real do Brasil, que é a fruição dos serviços públicos, pois estes são hábeis a dar acesso aos direitos sociais básicos que são minimamente responsáveis por formar a personalidade humana, como também observam a promoção da dignidade da pessoa humana. Assim, sendo possível o gozo pelos cidadãos de serviços públicos que como meio garante os fins relativos aos direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, alimentação, transporte, lazer, seguridade social, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência social.

Assim, se o que se quer é intervir na Ordem Social, a forma apropriada de executar essa operação é por meio das atividades de fomento, sejam elas desenvolvidas diretamente pelo poder público, ou sejam desenvolvidas por particulares em parceria com o Estado, na qual se presta os serviços sociais por parte do Estado Constitucional de Bem Estar Social.

3.3 Reflexos e resultados da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro

Há na sociedade dois poderes que atuam de forma paralela, os quais podemos denominar como poder hegemônico e poder ditatorial. O primeiro poder diz respeito à atuação e ao interesse emanados das altas classes sociais, de modo que é utilizado com o intento de anestesiá-las as classes inferiores com o fito de enaltecer e prevalecer a classe dominante frente aos desprestigiados socialmente.

Assim, com a atuação desse poder, o que se faz é anestesiá-las e incutir na mente dos mais vulneráveis que a realidade formada pelo sistema individualista clássico liberal é aceitável, assim as decisões e opiniões a serem tomadas devem unicamente serem direcionadas a preservar e beneficiar as classes mais abastardas.

Esse poder é comumente exercido por aqueles que ocupam o Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, como também os Tribunais de Contas. De modo que esses sujeitos promovem processos em que há a apropriação de recursos estatais e públicos dos Estados e da Federação.

Já o segundo poder, que se denomina de ditatorial, funciona de forma violenta, coercitiva e abrupta no seio social. Sendo este emanado e personificado na pessoa do Estado, que é uma entidade política e de governo.

Em situações ordinárias, ambos funcionam em uma sistemática paralela, de modo que o poder da homogeneidade se sobressalta fazendo o controle social rotineiro e direcionando a atuação deles para a satisfação dos interesses dos indivíduos que integram essas classes privilegiadas. E, de forma lateral, há a atuação do poder ditatorial que é utilizada com gradação de acordo com a situação vigente no país.

Assim, diante do descompasso e na falta de exercício do poder hegemônico, quando percebidas manifestações de desordem social, incontentamento das classes menos privilegiadas, o poder ditatorial passa a ser operacionalizado com maior intensidade.

É nesse quadro que se deu a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, visto que o problema social no estado já é recorrente e remonta-se há muitos anos, pois jaz falido o Estado, já que este não funciona com o intuito de prestar meios que efetivem os interesses da população. De modo que alegar como justificativa que a ordem da paz pública, da segurança e da justiça social estava em caos só em um contexto social mais atual, aponta para uma necessidade de se olhar tal medida com uma perspectiva de desconfiança, a fim de se questionar qual foi a real motivação para a atuação extensiva e intensiva proposta e aplicada no Rio de Janeiro.

Nesse sentindo, a análise que se faz da ingerência estatal que ocorreu no estado do Rio é a de que o Exército foi operacionalizado para tentar recuperar o controle da situação, seguindo a mesma linha de atuação da polícia. Porém, aqueles não observaram que a estratégia seria construir uma nova forma de regulação do espaço público, pois hoje a perspectiva que o estado brasileiro está inserido diz respeito à República, à democracia. De modo que não foi acertado se armar e usar da violência para resolver um problema com essa envergadura.

Devido a isso, as operações restaram-se infrutíferas, pois apenas foi possível “amenizar a criminalidade civil” por um determinado tempo que correspondeu à oportunidade em que as tropas militares estavam alocadas nas regiões periféricas.

Os efeitos esperados não foram sentidos e o que se mostrou visível nessas operações foi o alto custo para o financiamento dessa empreitada, na qual gastou-se cerca de R\$ 72 milhões de reais (CESeC, 2018). Tal quantia, se fosse bem gerida e bem direcionada, poderia servir como amparo à atuação do Estado, provendo a intervenção para verdadeira garantia da Ordem Social estadual. E, ainda, provocou o aumento de mortes, insegurança, escolas fechadas, como também a suspensão de alguns serviços públicos, a exemplo, o da saúde, que comumente é mal prestado à sociedade e na ocasião da operação postos médicos ficavam fechados.

Pelos dados obtidos através do infográfico produzido pela CESeC sob a organização de Silvia Ramos, extrai-se que nos 10 (dez) meses que se sucedeu a intervenção federal a conta dessa operação fechou em aumento de tiroteio em 56% e as mortes decorrentes das operações policiais aumentaram em 40%. Os crimes de homicídio tiveram uma queda inexpressível de apenas 5 % se comparado com o mesmo período no ano de 2017, pois continuaram no número de cerca de 3.747 mortos, e ainda 103 agentes de segurança mortos entre os meses de fevereiro e dezembro de 2018.

Logo, o que vimos foi o aprofundamento de erros históricos, em que houve a reafirmação da estratégia de confrontos armados, com gastos concentrados em grandes operações e a ausência de uma reforma estrutural da política de segurança, há muito esperada no Rio de Janeiro. (RAMOS, 2018, p. 3).

Assim, “percebe-se, daí, que não é o instituto da Intervenção que importa em clara prevalência da União perante os demais entes integrantes do Pacto Federativo, mas a forma deturpada de sua utilização, os abusos praticados em decorrência dele” (PELEGRINI, Márcia, 2000, p. 81 apud FILHO Pinto, Francisco B. M., 2002, p. 217).

Um ponto a ser analisado diante de todo esse contexto fático que ficou evidenciado no Brasil, diz respeito a uma questão que deve ficar bem esclarecida para que se entenda assim uma das raízes do problema de uma intervenção militar operacionalizada pelas Forças Armadas. Pois, ser militar não é a mesma coisa de ser policial, uma vez que o militar é treinado para enfrentar as mais duras emergências e caos. Logo, eles são treinados a fazerem o uso de armas para lidar com as circunstâncias.

De modo que diante desse fato, pode-se inferir que a reação desse grupo aos conflitos não resolve o problema, mas tão somente lida com o caso eminente. E isso constata o porquê de a intervenção federal militarizada não ter tido êxito perene, visto que, após a retirada dessa força dos locais em que se visava garantir a ordem e a observância da lei, tudo voltou a ser como era antes.

Em apresentação ao presidente Michel Temer, o gabinete da intervenção informou que, desde fevereiro de 2018, 35 pessoas morreram em confrontos nas operações com participação das Forças Armadas, dos quais três militares do Exército. E ainda, foram apreendidas um quantitativo de 152 armas, sendo 86 pistolas, 37 granadas e 29 fuzis e detidas 518 pessoas, dos quais 56 eram crianças e adolescentes. Nessas operações contabilizam-se a participação de aproximadamente 92 mil militares.

O Observatório da Intervenção Federal por sua vez contabilizou 372 operações, que mobilizaram 172 mil agentes, obtendo êxito na apreensão de 373 armas.

E, ainda, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), foram registrados, de fevereiro a julho de 2018 no estado do Rio de Janeiro, 2.617 homicídios, sendo 736 homicídios por policiais e o um número expressivo de 99.571 roubos registrados (NITAHARA, 2018).

Nesse ínterim, a manifestação do Presidente da República à época da intervenção foi no sentido de que os resultados eram satisfatórios, pois demonstravam uma progressão no combate à violência, e ainda demonstravam a possibilidade da atuação das forças policiais e militares em conjunto, o que demonstraria por si a soma de esforços para enfrentar esse problema social na qual assola o estado do Rio de Janeiro.

Ainda, Temer se manifestou dizendo que a queda de aceitação da intervenção pela sociedade não frustrava os resultados satisfatórios obtidos com a operação que visava garantir a manutenção da ordem e da aplicação da Lei.

Porém, em um contraponto, diante da mesma realidade, houve diversas denúncias feitas junto a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ) nas quais os moradores das áreas em que havia a atuação ostensiva dos militares relataram terem sido vítimas de abuso de poder, de modo que, como se extrai do site de notícias

EBC- Agencia Brasil, publicado no dia 30 de agosto de 2018, os moradores dessas regiões alegaram terem sofrido violações de direitos humanos, como invasão de domicílio, violência policial, devassa em celulares, como também roubo de objetos pessoais por agentes públicos, chegando até a denúncias de suposta tortura em quartel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a problemática abordada que se refere à atuação policial e ao uso da força para resolver o problema da segurança, da paz e da ordem social, temos que os meios a serem aplicados não são diversos, pois os problemas apresentados são mais profundos que a violência praticada por criminosos.

Nesse ínterim, é que se faz necessário investir na atuação do Estado frente a prestação de serviços públicos de qualidade, como também incentivar as atividades de fomento, em que os particulares passam a atuar em paralelo com o poder público com o fito de promover o desenvolvimento da personalidade humana, aproximando-se, assim, ao alcance da satisfação e da promoção da dignidade da pessoa humana aos cidadãos em geral.

E, ainda, promover a reestruturação das polícias, seja ela militar ou civil, visto que há a necessidade de melhor coordenação e ação na atuação frente aos problemas que se manifestam na sociedade, pois de nada adianta operacionalizar as atuações se fazendo o uso apenas da violência de forma intensiva e extensiva, como visto com os dados trazidos no trabalho monográfico. E outro aspecto a ser apontado para a melhor estruturação a fim de alcançar a Ordem Social, trata da necessidade de enfrentar a atuação dos policiais que conjuntamente operam com grupos criminosos, formando aquilo que comumente é chamado de milícias. Pois, a existência desse grupo se revela perniciosa frente a estrutura democrática e republicana que forma o Estado Brasileiro.

Há nessa perspectiva a necessidade de promover políticas integradas que envolvam ações no setor da justiça, no campo penitenciário e, sobretudo, a construção de uma política cidadã, que reconheça os indivíduos como sujeitos de direitos a serem observados e efetivados.

Se a construção da criminalidade está fundada, como já referido, sobre questões econômicas, culturais, políticas e filosóficas; se a definição do transgressor é fruto da aplicação automática e impensada de valores internalizados e por vezes invisíveis a nós mesmos, o desafio da intervenção parece centra-se em uma ética cidadã a ser recuperada, reconstruída, elaborada. A produção de um conhecimento capaz de ultrapassar a subserviência aos modelos e padrões sociais. Um ato de coragem para alterar valores pessoais. Uma quebra de paradigma. A reconstrução do próprio universo interno (FRADE, Laura, 2008, p. 53).

Assim, o que se tem é o resultado danoso da intervenção federal militarizada sobre essa população que é vítima da sonegação da responsabilidade estatal e que, desse modo, mais uma vez sofre com a atuação repressora e desproporcional do Estado para enfrentar problemas que estão enraizados no contexto social e que demandam uma atuação na gênese do problema estrutural. E nesse diapasão, o que se tem é que a aplicação do instituto da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro não foi a melhor medida, já que para alcançar o objetivo de restabelecer e reestruturar a Ordem Social há outros meios a serem aplicados, como foi delineado ao decorrer do trabalho monográfico.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 33ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

BARATTA, Alessandro. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1997.

_____. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal; tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 6ª edição, outubro de 2011. 1ª reimpressão, março de 2013.

BARROSO, Luís Roberto. Em declaração que ocorreu durante conferência organizada pela OAB em 29 de novembro de 2017.

BRASIL, Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional Levantamento Nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017 / Organização, Marcus Vinicius Moura, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de jan de 2019.

BRASIL, **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 03 de Out. de 2018.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 2.848**, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 23 de jun de 2018.

BRASIL, **Decreto-Lei Nº 3.689**, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 23 de jun de 2018.

CASTRO SIQUEIRA, Carlos Roberto. **O Devido Processo Legal e a Razoabilidade das Leis na Nova Constituição**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. Rafael Braga Vieira: O singular e os universais da polícia. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social** – Rio de Janeiro – VI.11 – nº 2 – MAI – AGO 2018 – p. 212 – 234.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Dos Atos Administrativos Especiais**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DEMO, Pedro. Exclusão Social – categorias novas para velhas realidades in: SER SOCIAL – Exclusão Social e Situações de Risco, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília**, Número 3, julho a dezembro de 1998. P. 12-55, 1998.

DIAS, F. Fréitas; DIAS, F. Veiga; MENDONÇA, T. Cassenote. Criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. In: MÍDIA E DIREITOS DA SOCIEDADE EM REDE, 2013, Santa Maria, Anais. Congresso internacional de direito e contemporaneidade, Santa Maria, 2013.

ESPÍNOLA, Eduardo. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 2Vols. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Freitas Bastos. 1952.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Coordenação de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2006.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 2014. 136 f.. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

GALVÃO, Giovana M.; MARTINS, Tallita de C.. **Criminalização da Pobreza: o produto de uma violência estrutural**. Revista Transgressões, v. 1, n. 2, 27 jan. 2015.

GANELHÚ, Ricardo. **Do Discurso da Impunidade à Impunização: O sistema penal do capitalismo brasileiro e a destruição da democracia**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 499.

Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9374>. Acesso em: 23 de dez de 2018.

HAKENHAAR, Paola. **A seletividade do sistema penal e a criminalidade do colarinho branco: uma análise a partir da criminologia crítica**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c7edc0e1f2cfc8f4>. Acesso em: 5 de set de 2018.

LISBOA, Vinícius. **Resultados da intervenção no Rio são extraordinários, avalia Temer**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-08/resultados-da-intervencao-no-rio-sao-extraordinarios-diz-temer>> Acessado em: 28 de mar de 2019.

KANT, Emmanuel. **Doutrina do Direito**. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1993.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Pressupostos materiais e formais da intervenção militar no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum Conhecimento Jurídico, 2018.

MANDADO DE SEGURANÇA nº 21.041/RO, DJ de 13/03/1992, p. 2.923. Julgamento Pleno em 12/06/1991, Relator Ministro Celso de Mello.

MIRANDA, Isabella. **Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher? Uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda n.1 de 1969**, São Paulo: Ed. RT, 1970.

MORAIS, Marcelo Navarro de. **Uma análise da relação entre o Estado e o tráfico de drogas: o mito do poder paralelo**. Ciências Sociais em Perspectiva, Rio Grande do Sul, v.05, n.09, jan./fev. 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NITAHARA, Akemi. **Defensoria Pública reúne relatos de violações em comunidades do Rio**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/defensoria-publica-reune-relatos-de-violacoes-em-comunidades-do-rio>>. Acessado em: 28 de mar de 2019.

NOLLI, Elinton Cassano. **Os Processos de Criminalização**: uma abordagem crítica da atuação seletiva do sistema penal. 2010. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Disponível em:

<<http://siaibib01.univali.br/pdf/Elinton%20Cassiano%20Nolli.pdf>>. Acesso em: 24/8/18.

OLIVEIRA, José Sebastião de. Violações aos direitos da personalidade com o decreto de intervenção federal no rio de janeiro: aspectos que devem nortear o estado democrático de direito em conflito com direito fundamentais em face da possibilidade de realização de busca e apreensão “genérica” via mandado coletivo, concedida pelo poder judiciário. **Revista Jurídica**. vol. 02, nº. 51, Curitiba: 2018. pp. 166-181.

OLIVEIRA, Lucas Lopes. Criminalização da Política: a criminalização da pobreza na América Latina como estratégia de controle político. Sistema Penal & Violência, **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito** Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, Volume 8 – Número 2 – p. 168-186 – julho-dezembro 2016.

ONG Human Rights Watch. **Brasil Força Letal**: Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e São Paulo. Dez/2009. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2009/12/08/256012>. Acesso em: 29/9/18.

PELEGRI, Márcia. **Intervenção Estadual nos Municípios** – Cumprimento de Ordem ou Decisão Judicial, 1ª ed., São Paulo: Max Limonad, 2000.

PINTO FILHO, Francisco Bilac M. A intervenção federal e o federalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

RAMOS, Silvia (coord.). **A intervenção acabou**. Quanto custou?. Infográfico. Rio de Janeiro: CESeC, dezembro de 2018.

REIS, F. W. “Política e Racionalidade”, in: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1984.

RIO DE JANEIRO. 32ª Vara Criminal. **Processo nº 0212057-10.2013.08.9.0001**. Ministério Público e Rafael Braga Vieira. 32ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. 02/04/2014. Disponível em: <

<http://www4.tjrj.jus.br/portalDeServicos/montarProcesso?txtNumero=2013.001.185124-5&codTipProc=1&codCnj=0212057-10.2013.8.19.0001&indExibCodProc=N>>. Acesso em: 3 de dez. de 2018.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Direito Penal e propriedade privada**: a racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Daniel dos. A militarização da justiça e a defesa da democracia. Tradução: Bruno Cardoso. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social** – Vol. 4- JAN/FEV/MAR 2011.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Tradução de Elisete Antoniuk. Del Rey, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, José Afonso da., Curso de direito constitucional positivo. 4. Ed., rev. e atual. / Até a Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016.-São Paulo: Malheiros, 2017.

SOUZA, Renato Garcia Sanches de. **Criminologia crítica e patrimônio**: a descriminalização do furto pela perspectiva do direito penal mínimo. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2017.

ZAFFARONI, Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução: Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ZAFFARONI, Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. **Intervenção do Estado na ordem social**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/110/edicao-1/intervencao-do-estado-na-ordem-social>>. Acesso em: 2 de mar de 2019.